



Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2014

Relatório e contas consolidadas

Primeiro trimestre de 2014

| | |
|---|-----------|
| 01 Análise dos resultados consolidados | 4 |
| 02 Evolução dos negócios | 12 |
| Negócios de Telecomunicações em Portugal | 12 |
| Negócios Internacionais | 17 |
| Demonstrações financeiras consolidadas | 18 |
| Informação adicional | 43 |
| Glossário | 44 |

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Telecomunicações em Portugal

| Segmentos de cliente | Receitas (Milhões de euros) |
|----------------------|-----------------------------|
| Residencial | 179 |
| Pessoal | 151 |
| Empresa | 190 |
| Outros | 93 |
| <i>Total</i> | <i>613</i> |

Telecomunicações no Brasil (Oi) ^(a)

| Segmentos de cliente | Receitas (Milhões reais, 100%) |
|----------------------|--------------------------------|
| Residencial | 2.552 |
| Pessoal | 2.166 |
| Empresa | 2.091 |
| Outros | 66 |
| <i>Total</i> | <i>6.877</i> |

(a) Os resultados da Oi são registados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros negócios de telecomunicações

| | | Receitas (Milhões de euros) |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Unitel 25% ^(a) | > Angola | > Móvel ^(b) |
| MTC 34% ^(a) | > Namibia | > Móvel |
| CVT 40% ^(a) | > Cabo Verde | > Fixo, móvel |
| Timor Telecom 44% | > Timor Leste | > Fixo, móvel |
| CST 51% ^(a) | > São Tomé e Príncipe | > Fixo, móvel |

(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (b) Estas empresas associadas são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

Outros negócios

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];
Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Call centers e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%]

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

| Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾ | Milhões de euros | | |
|---|------------------|---------------|----------------|
| | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
| Receitas operacionais | 690,0 | 717,6 | (3,9%) |
| Portugal ⁽²⁾ | 612,6 | 634,4 | (3,4%) |
| Residencial | 178,8 | 179,2 | (0,2%) |
| Pessoal | 150,9 | 158,6 | (4,9%) |
| Empresas | 190,0 | 203,2 | (6,5%) |
| Oferta grossista, outros e eliminações | 92,9 | 93,4 | (0,5%) |
| Outros e eliminações | 77,4 | 83,2 | (7,0%) |
| Custos operacionais ⁽³⁾ | 410,7 | 427,7 | (4,0%) |
| Custos com pessoal | 100,2 | 108,8 | (7,9%) |
| Custos diretos dos serviços prestados | 114,8 | 114,4 | 0,3% |
| Custos comerciais | 55,3 | 63,9 | (13,4%) |
| Outros custos operacionais | 140,3 | 140,6 | (0,2%) |
| EBITDA ⁽⁴⁾ | 279,3 | 289,9 | (3,7%) |
| Custos com benefícios de reforma (PRBs) | 10,4 | 10,7 | (2,5%) |
| Amortizações | 173,5 | 181,9 | (4,6%) |
| Resultado operacional ⁽⁵⁾ | 95,4 | 97,3 | (2,0%) |
| Outros custos (receitas) | 6,3 | (24,5) | n.s. |
| Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos | 0,3 | 0,6 | (59,0%) |
| Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado | (0,2) | (0,9) | (82,6%) |
| Outros custos (ganhos) líquidos | 6,2 | (24,3) | n.s. |
| Resultado antes de resultados fin. e impostos | 89,0 | 121,9 | (26,9%) |
| Custos (ganhos) financeiros | 78,2 | 47,9 | 63,3% |
| Juros suportados (obtidos) líquidos | 65,7 | 64,3 | 2,0% |
| Perdas (ganhos) em emp. associadas e joint-ventures | (3,5) | (24,1) | (85,7%) |
| Outros custos (ganhos) financeiros líquidos | 16,0 | 7,7 | 108,8% |
| Resultado antes de impostos | 10,9 | 74,0 | (85,3%) |
| Imposto sobre o rendimento | (16,0) | (34,2) | (53,3%) |
| Resultado antes de interesses não controladores | (5,1) | 39,7 | n.s. |
| Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores | (9,6) | (13,0) | (26,2%) |
| Resultado líquido consolidado | (14,7) | 26,7 | n.s. |

(1) Os valores do 1T13 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção do IFRS 11 Joint Arrangements, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas". No seguimento da implementação do CRM convergente, a PT alterou o seu critério de segmentação para clientes que são empresários em nome individual, com impacto nos segmentos Residencial, Pessoal e Empresas. Os valores de 2013 foram reexpressos de acordo com esta alteração. (2) As operações de telecomunicações em Portugal incluem a rede fixa e a MEO, anteriormente denominado TMN. (3) Custos operacionais = custos com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

Receitas operacionais consolidadas

No 1T14, as **receitas operacionais consolidadas** diminuíram 28 milhões de euros para 690 milhões de euros (-3,9% face ao 1T13), refletindo maioritariamente a diminuição nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal (22 milhões de euros) e a menor contribuição dos negócios internacionais, nomeadamente da MTC, devido a efeitos cambiais negativos, e da Timor Telecom.

01 Análise dos resultados consolidados

O desempenho das **receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal** continuou a ser impactado por dinâmicas ao nível de preço e concorrência, nomeadamente no segmento Residencial, e pelo cenário macroeconómico, com impacto na diminuição de receitas em todos os segmentos. As receitas do segmento Residencial mantiveram-se relativamente estáveis em 179 milhões de euros, apesar dos ganhos contínuos de quota de mercado das ofertas triple e quadruple-play do MEO. As receitas do segmento Pessoal diminuíram 4,9% face ao 1T13, para 151 milhões de euros, devido principalmente a menores receitas de cliente. O segmento Empresas também está a ser penalizado pelas dinâmicas competitivas que estão a impactar o nível de preços, nomeadamente nos serviços móveis, apesar da melhoria do desempenho das grandes empresas no 1T14, impulsionado por ambos os negócios de rede fixa e móvel. As receitas do segmento Grossista, outros e eliminações diminuíram 0,5% no 1T14 face ao 1T13, para 93 milhões de euros, refletindo um maior número de acessos e maiores receitas de tráfego que compensaram menores receitas de capacidade e uma diminuição de cerca de 2 milhões de euros no negócio das listas telefónicas (-22,9% face ao 1T13).

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intragrupo, diminuíram 6 milhões de euros no 1T14 (-7,0% face ao 1T13), para 77 milhões de euros, refletindo efeitos cambiais negativos (11 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, as outras receitas teriam aumentado 5 milhões de euros, devido principalmente à maior contribuição da MTC, explicada sobretudo por maiores receitas de retalho de voz e por um aumento significativo nos serviços de dados, parcialmente compensada por um menor contributo da Timor Telecom (4 milhões de euros) no seguimento da entrada de dois novos concorrentes no mercado durante o ano de 2013.

Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, diminuíram 17 milhões de euros (-4,0%) para 411 milhões de euros no 1T14, face a 428 milhões de euros no 1T13, refletindo principalmente uma menor contribuição dos negócios em África (2 milhões de euros) e menores custos nos negócios de telecomunicações em Portugal explicados por (1) por uma redução nos custos com o pessoal, refletindo melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de reestruturação implementado no 2T13, (2) uma diminuição nos custos comerciais, e (3) menores serviços de terceiros e outras despesas operacionais, em resultado de um foco ainda maior na redução de custos e na rentabilidade e também um aumento na produtividade das atividades de manutenção em resultado da implementação da rede FTTH da Portugal Telecom, como vem sendo referido no passado.

Os **custos com pessoal** diminuíram 9 milhões de euros (-7,9%) para 100 milhões de euros no 1T14, face a 109 milhões de euros no 1T13, devido essencialmente a uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (3 milhões de euros) e a menores custos nas empresas de suporte ao negócio em Portugal, ambos refletindo melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de reestruturação implementado no 2T13.

Os **custos diretos** mantiveram-se relativamente estáveis em 115 milhões de euros, tal como ocorreu nos negócios de telecomunicações em Portugal, com os maiores custos de tráfego a serem compensados por uma redução nos custos de programação e menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas.

Os **custos comerciais**, os quais incluem custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade, diminuíram 13,4% (9 milhões de euros) no 1T14 para 55 milhões de euros, o que compara com 64 milhões de euros no 1T13, refletindo principalmente uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (5 milhões de

01 Análise dos resultados consolidados

euros), em resultado do enfoque na redução e controlo de custos, forte foco na rentabilidade e menores custos das mercadorias vendidas, e não obstante as campanhas de marketing para comunicar o rebranding do negócio móvel da PT, com a alteração da marca de TMN para MEO.

Os **outros custos operacionais**, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, mantiveram-se relativamente estáveis em 140 milhões de euros.

EBITDA

No 1T14, o **EBITDA consolidado** diminuiu 11 milhões de euros (-3,7% face ao 1T13) para 279 milhões de euros, tendo melhorado significativamente a tendência trimestral quando comparado com o 4T13 (-5,8% face ao 4T12), o 3T13 (-9,9% face ao 3T12), o 2T13 (-11,1% face ao 2T12) e com o 1T13 (-12,4% face ao 1T12). A diminuição do EBITDA é explicada, maioritariamente, por: (1) diminuição no EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal, no montante de 6 milhões de euros (-2,2% face ao 1T13), refletindo principalmente menores receitas (22 milhões de euros), e (2) diminuição de 25,3% face ao 1T13 (5 milhões de euros) no EBITDA dos outros negócios, refletindo a desvalorização do Dólar Namibiano e outros efeitos cambiais negativos (5 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, o EBITDA nos outros negócios ter-se-ia mantido relativamente estável em 19 milhões de euros, uma vez que a maior contribuição da MTC foi compensada por menores contribuições da Timor Telecom e da CVT. Adicionalmente, excluindo o impacto das variações cambiais face ao Euro, o EBITDA consolidado teria diminuído apenas 1,9% no 1T14 face ao 1T13.

| EBITDA por segmento de negócio ^{(1) (2)} | Milhões de euros | | |
|---|------------------|--------------|---------------|
| | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
| Portugal | 265,6 | 271,6 | (2,2%) |
| Outros | 13,7 | 18,4 | (25,3%) |
| EBITDA | 279,3 | 289,9 | (3,7%) |
| Margem EBITDA (%) ⁽³⁾ | 40,5 | 40,4 | 0,1pp |

(1) Os valores do 1T13 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção do IFRS 11 Joint Arrangements, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas". (2) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (3) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais

Resultado líquido

As **amortizações** ascenderam a 174 milhões de euros no 1T14, o que compara com 182 milhões de euros no 1T13, uma redução que reflete menores amortizações no negócio de telecomunicações em Portugal (7 milhões de euros), explicadas pela diminuição no capex ocorrida nos últimos anos, face aos investimentos realizados nos anos anteriores em tecnologias de futuro e redes de nova geração, nomeadamente em FTTH e cobertura 4G-LTE.

Os **outros custos líquidos** situaram-se nos 6 milhões de euros no 1T14, face a outros ganhos líquidos de 24 milhões de euros no 1T13. No 1T13, esta rubrica inclui, principalmente, um ganho relacionado com o contrato de concessão da rede fixa, no montante de 26 milhões de euros.

Os **juros líquidos suportados** aumentaram para 66 milhões de euros no 1T14, o que compara com 64 milhões de euros no 1T13, refletindo principalmente o aumento da dívida líquida média e um aumento no custo médio da dívida líquida, de 5,3% no 1T13 para 5,4% no 1T14, em resultado de um menor retorno das aplicações.

01 Análise dos resultados consolidados

Os ganhos em empresas associadas e joint-ventures, que incluem a participação da PT nos ganhos das empresas associadas e também de joint-ventures que são agora registadas pelo método de equivalência patrimonial, no seguimento da adoção da norma IFRS 11, diminuíram para 3 milhões de euros no 1T14, face a 24 milhões de euros no 1T13, refletindo maioritariamente menores resultados da Unitel. No 1T13, os ganhos em empresas associadas também incluíam 8 milhões de euros da CTM, cuja participação foi vendida no 2T13.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem ganhos cambiais líquidos, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, aumentaram de 8 milhões de euros no 1T13 para 16 milhões de euros no 1T14, refletindo principalmente: (1) menores ganhos cambiais líquidos (3 milhões de euros) devido, principalmente, ao impacto da valorização do Dólar face ao Euro, e (2) maiores despesas financeiras líquidas, relativas maioritariamente a determinados serviços bancários e outros custos incorridos relativos ao processo em curso de combinação de negócios entre a PT e a Oi.

O imposto sobre o rendimento diminuiu para 16 milhões de euros no 1T14, face a 34 milhões de euros no 1T13, devido a menores resultados tributáveis na generalidade dos negócios, refletindo maioritariamente, ganhos não recorrentes reconhecidos no 1T13 e menores ganhos em empresas associadas em 2014.

Os lucros atribuíveis a interesses não controladores ascenderam a 10 milhões de euros no 1T14 e a 13 milhões de euros no 1T13, uma redução de 3 milhões de euros que reflete menores lucros atribuíveis a interesses não controladores da Timor Telecom (2 milhões de euros) e dos negócios em África (1 milhão de euros).

O resultado líquido foi negativo em 15 milhões de euros no 1T14, comparando com um resultado líquido positivo de 27 milhões de euros no 1T13. Esta diminuição é explicada, principalmente, por: (1) um menor EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal (6 milhões de euros); (2) menores ganhos não recorrentes (30 milhões de euros), refletindo principalmente a compensação líquida a receber pela PT relativa ao serviço universal e reconhecida no 1T13, e (3) uma redução na participação da PT nos ganhos das empresas associadas e joint-ventures (21 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por menores custos com amortizações nos negócios em Portugal (7 milhões de euros).

Capex

O capex ascendeu a 103 milhões de euros no 1T14, equivalente a 14,9% das receitas, face a 120 milhões de euros no 1T13. Esta diminuição é explicada por uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (20 milhões de euros), a qual ascendeu a 80 milhões de euros no 1T14, refletindo: (1) menor capex de infraestrutura e tecnologia, em resultado dos elevados investimentos realizados nos últimos anos, quer na rede FTTH como na rede 4G-LTE; (2) menor capex de SI / TI, explicado maioritariamente pelo investimento realizado no data centre da PT em 2013, e (3) um menor capex de cliente, explicado por menores custos unitários de equipamento e um menor churn nos serviços de TV por subscrição e banda larga. A expectativa é de que o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal seja mais relacionado com a procura, tendo em conta os recentes investimentos na modernização das redes e em tecnologia, e que em 2014 se situe abaixo dos 400 milhões de euros. O capex dos outros negócios aumentou 11,8% no 1T14 face ao 1T13, para 23 milhões de euros, refletindo principalmente um maior capex na MTC e na CVT, que mais do que compensou a diminuição de 3 milhões de euros no capex da Timor Telecom e apesar dos efeitos cambiais (4 milhões de euros).

01 Análise dos resultados consolidados

| Capex por segmento de negócio ⁽¹⁾ | Milhões de euros | | |
|--|------------------|--------------|----------------|
| | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
| Portugal | 79,6 | 99,2 | (19,8%) |
| Outros | 23,0 | 20,6 | 11,8% |
| Capex total | 102,6 | 119,7 | (14,3%) |
| Capex em % das receitas operacionais | 14,9 | 16,7 | (1,8pp) |

(1) Os valores do 1T13 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção do IFRS 11 Joint Arrangements, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

Cash Flow e Dívida Líquida

No 1T14, o cash flow operacional ascendeu a 127 milhões de euros, comparado com 75 milhões de euros no 1T13. Este aumento no cash flow operacional (53 milhões de euros) é explicado por um menor investimento em fundo de maneio (49 milhões de euros), beneficiando do menor capex no 4T13 comparado com o 4T12 que se traduziu em menores pagamentos a fornecedores de imobilizado no 1T14 comparado com o 1T13, e pelo aumento no EBITDA menos Capex (7 milhões de euros), explicado principalmente pelo menor capex nos negócios de telecomunicações em Portugal.

| Free cash flow ⁽¹⁾ | Milhões de euros | | |
|--|------------------|---------------|--------------|
| | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
| EBITDA menos Capex | 176,8 | 170,2 | 3,9% |
| Itens não monetários | 2,7 | 5,1 | (47,1%) |
| Varição do fundo de maneio | (52,0) | (100,5) | (48,3%) |
| Cash flow operacional | 127,5 | 74,8 | 70,5% |
| Juros | (113,4) | (85,5) | 32,6% |
| Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos ⁽²⁾ | (11,0) | (9,8) | 12,4% |
| Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros | (39,5) | (34,4) | 14,9% |
| Outros movimentos | (36,3) | 40,4 | n.s. |
| Free cash flow | (72,7) | (14,5) | n.s. |

(1) Os valores do 1T13 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção do IFRS 11 Joint Arrangements, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas". (2) No 1T14 e no 1T13, esta rubrica inclui pagamentos relacionados com a transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português nos montantes de 4,8 milhões de euros e 5,2 milhões de euros, respetivamente.

O free cash flow foi negativo em 73 milhões de euros no 1T14 e em 15 milhões de euros no 1T13. O aumento de 58 milhões de euros no free cash flow negativo é explicado, principalmente, por: (1) menores dividendos recebidos das empresas afiliadas (75 milhões de euros), reflectindo os dividendos recebidos no 1T13 da Oi (51 milhões de euros) e da CTM (25 milhões de euros); (2) maiores pagamentos de juros (28 milhões de euros), os quais refletem um calendário de pagamento de juros diferente no 1T14 quando comparado com o 1T13, efeito que se espera vir a ser compensado até ao final do ano 2014, e (3) maiores pagamentos relativos a responsabilidades com benefícios de reforma (6 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma melhoria no cash flow operacional (53 milhões de euros), como referido acima.

A dívida líquida consolidada ascendeu a 4.879 milhões de euros em 31 de março de 2014, o que compara com 4.798 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 81 milhões de euros que reflete, principalmente, o free cash flow negativo gerado no período (73 milhões de euros), como explicado acima, e os dividendos pagos pelas subsidiárias da PT a interesses não controladores (10 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro nos montantes de caixa e equivalentes disponíveis nas empresas brasileiras, o que resultou numa diminuição da dívida líquida em 11 milhões de euros.

01 Análise dos resultados consolidados

Em 31 de março de 2014, a dívida bruta consolidada ascendia a 7.227 milhões de euros, dos quais 81,3% era de médio e longo prazo, refletindo o efeito das obrigações de 1.000 milhões de euros com maturidade em 2020, emitidas no 2T13, e 82,8% venciam juros a taxas fixas. O valor de disponibilidades acrescido do montante disponível em linhas de papel comercial e linhas de crédito, totalizou 3.048 milhões de euros no final de março de 2014, dos quais 700 milhões de euros correspondem a linhas de crédito e papel comercial não utilizadas.

| Variação da dívida líquida ⁽¹⁾ | Milhões de euros | |
|--|------------------|----------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Dívida líquida (balanço inicial) | 4.798,1 | 4.760,3 |
| Free cash flow (a subtrair) | (72,7) | (14,5) |
| Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira | (10,8) | (10,8) |
| Outros | 19,1 | 26,2 |
| Dívida líquida (balanço final) | 4.879,0 | 4.790,2 |
| Variação da dívida líquida | 81,0 | 29,9 |
| Variação da dívida líquida (%) | 1,7% | 0,6% |

(1) Os valores do 1T13 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção do IFRS 11 Joint Arrangements, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

No 1T14, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 5,4%, o que compara com 5,3% no 1T13, refletindo um menor retorno das aplicações de tesouraria. O custo da dívida bruta situou-se em 4,8% no 1T14 face a 4,9% no 1T13. A maturidade da dívida líquida da PT era de 5,2 anos em 31 de março de 2014, beneficiando das obrigações de 1.000 milhões de euros, a 7 anos, emitidas em maio de 2013, e do reembolso em abril de 2013 das obrigações de 1.000 milhões de euros, emitidas em abril de 2009.

Como definido no MOU, assinado em 1 de outubro de 2013 pela PT, Oi e alguns dos seus acionistas, uma condição precedente à execução da combinação de negócios era a obtenção das autorizações necessárias dos credores financeiros do Grupo PT SGPS.

Assim, os detentores de todos os títulos de dívida emitidos pelo Grupo PT deram o seu consentimento às seguintes principais alterações: (1) exceto no caso das "Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016", o cancelamento das responsabilidades da PT SGPS e da PTC nos keep well agreements aplicáveis; (2) no caso das "Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016" emitidas pela PT SGPS, a substituição da PT SGPS pela PT Portugal como emitente e principal devedor; (3) a adição de uma garantia incondicional e irrevogável da Oi; (4) a renúncia pelos credores aos direitos que resultariam de qualquer e todas as situações e potenciais situações de incumprimento que poderiam ser despoletadas pelo aumento de capital e / ou pela combinação de negócios ou por qualquer processo executado como parte do, ou no seguimento do, aumento de capital e / ou combinação de negócios, e (5) no caso das obrigações permutáveis, a alteração dos termos do direito de conversão.

Adicionalmente, a PT e as suas contrapartes acordaram alterações aos termos dos contratos de dívida bancária, incluindo uma renúncia a direitos semelhante à definida no âmbito dos títulos de dívida da PT, e algumas ou todas as seguintes alterações: (1) substituir a PT SGPS e a PT Comunicações pela PT Portugal ou PT International Finance BV como mutuários; (2) alterar certas definições, obrigações e situações de incumprimento de forma a garantir que se aplicam à PT Portugal; (3) adicionar uma garantia incondicional e irrevogável da Oi, e (4) alterar certas obrigações e definições relacionadas para assegurar a sua consistência com os termos correspondentes de certas linhas de crédito da Oi e garantir que certos cálculos relacionados são efetuados com base nas demonstrações financeiras da Telemar Participações SA.

01 Análise dos resultados consolidados

Nos termos de todos estes acordos relativos aos títulos de dívida e contratos de dívida bancária existentes do Grupo PT, a renúncia a direitos pelos credores produziu efeitos a partir da data de assinatura destes acordos, enquanto as outras alterações entraram em vigor com a conclusão do aumento de capital.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 31 de março de 2014, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 492 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 418 milhões de euros, face a 494 milhões de euros e 386 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 816 milhões de euros em 31 de março de 2014 e de 852 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente diretamente pela PT aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, o total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal ascendia a 891 milhões de euros e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 686 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

| Responsabilidades com benefícios de reforma | Milhões de euros | |
|--|------------------|------------------|
| | 31 março 2014 | 31 dezembro 2013 |
| Responsabilidades com pensões | 116,1 | 117,2 |
| Responsabilidades com cuidados de saúde | 376,2 | 376,5 |
| Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO) | 492,3 | 493,7 |
| Valor de mercado dos fundos | (417,6) | (386,3) |
| Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde | 74,7 | 107,4 |
| Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados | 816,2 | 851,7 |
| Responsabilidades não financiadas brutas | 890,9 | 959,0 |
| Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal | 686,0 | 738,5 # |

Capital próprio

Em 31 de março de 2014, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendia a 1.771 milhões de euros, representando um aumento de 130 milhões de euros face a 1.641 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. Este aumento é explicado, principalmente, por: (1) ajustamentos de conversão cambial positivos gerados no período (107 milhões de euros), relacionados principalmente com o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro, e (2) ganhos atuariais líquidos registados no período (22 milhões de euros, líquidas de efeito fiscal). Estes efeitos mais do que compensaram o resultado líquido negativo de 15 milhões de euros apurado no período.

01 Análise dos resultados consolidados

| Varição no capital próprio (excluindo interesses não controladores) | Milhões de euros |
|--|------------------|
| | 1T14 |
| Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial) | 1.641,3 |
| Resultado líquido | (14,7) |
| Ajustamentos de conversão cambial líquidos | 106,8 |
| Dividendos pagos pela PT | 0,0 |
| Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal | 21,8 |
| Outros | 16,0 |
| Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final) | 1.771,2 |
| Varição no capital próprio antes de interesses não controladores | 129,9 |
| Varição no capital próprio antes de interesses não controladores (%) | 7,9% |

Demonstração da posição financeira consolidada

O total do ativo diminuiu para 11,8 mil milhões de euros em 31 de março de 2014, face a 12,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, refletindo uma diminuição em caixa e equivalentes (0,2 mil milhões de euros), parcialmente compensada pelo impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos da PT na Oi e na Contax (0,1 mil milhões de euros). O total do passivo situou-se em 9,8 mil milhões de euros em 31 de março de 2014, comparado com 10,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, refletindo a diminuição no endividamento (0,1 mil milhões de euros) e nas responsabilidades com benefícios de reforma (0,1 mil milhões de euros).

| Demonstração da posição financeira consolidada | Milhões de euros | |
|---|------------------|------------------|
| | 31 março 2014 | 31 dezembro 2013 |
| Disponibilidades e títulos negociáveis | 2.348,1 | 2.573,1 |
| Contas a receber | 1.288,8 | 1.170,7 |
| Existências | 85,4 | 85,9 |
| Investimentos financeiros | 2.926,6 | 2.941,8 |
| Ativos intangíveis | 1.089,9 | 1.098,3 |
| Ativos tangíveis | 3.373,3 | 3.438,5 |
| Ativos com planos de benefícios de reforma | 1,9 | 1,8 |
| Outros ativos | 92,4 | 80,2 |
| Impostos diferidos e custos diferidos | 619,0 | 630,1 |
| Total do ativo | 11.825,4 | 12.020,4 |
| Contas a pagar | 523,5 | 587,7 |
| Dívida bruta | 7.227,1 | 7.371,1 |
| Responsabilidades com planos de benefícios de reforma | 892,8 | 960,9 |
| Outros passivos | 726,9 | 742,7 |
| Impostos diferidos e proveitos diferidos | 448,6 | 491,1 |
| Total do passivo | 9.819,0 | 10.153,6 |
| Capital, excluindo interesses não controladores | 1.771,2 | 1.641,3 |
| Interesses não controladores | 235,2 | 225,5 |
| Total do capital próprio | 2.006,4 | 1.866,8 |
| Total do capital próprio e do passivo | 11.825,4 | 12.020,4 |

02

Evolução dos negócios

Negócios de Telecomunicações em Portugal

No 1T14, os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um crescimento estável da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 1,8% face ao 1T13 para 5.184 mil (com 26 mil adições líquidas no 1T14) e os clientes móveis a aumentarem 2,7% face ao 1T13 para 7.854 mil (42 mil desligamentos líquidos no 1T14, não obstante o desempenho dos clientes pós-pago, que atingiram 150 mil adições líquidas no trimestre), sustentado no sucesso das ofertas da PT, nomeadamente do M4O, que continua a ganhar tração no mercado, tendo atingido 2,1 milhões de RGUs em maio de 2014.

| Dados operacionais - Portugal | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
|--|-------|-------|----------|
| Acessos fixos de retalho ('000) | 5.184 | 5.091 | 1,8% |
| PSTN/RDIS | 2.534 | 2.592 | (2,2%) |
| Clientes de banda larga | 1.316 | 1.251 | 5,1% |
| Clientes de TV | 1.334 | 1.248 | 6,9% |
| Clientes móveis ('000) | 7.854 | 7.647 | 2,7% |
| Póspagos | 3.075 | 2.565 | 19,9% |
| Prépagos | 4.779 | 5.082 | (6,0%) |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | 26 | 38 | (31,7%) |
| PSTN/RDIS | (16) | (13) | (21,3%) |
| Clientes de banda larga | 22 | 27 | (17,8%) |
| Clientes de TV | 20 | 25 | (19,1%) |
| Clientes móveis ('000) | (42) | 49 | (186,2%) |
| Póspagos | 150 | 96 | 56,3% |
| Prépagos | (192) | (47) | n.s. |
| Dados em % das receitas de serviço (%) | 38,1 | 35,6 | 2,5pp |

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do MEO, com a base de clientes de TV por subscrição a aumentar 6,9% no 1T14 face ao 1T13 para 1.334 mil (20 mil adições líquidas no 1T14), confirmando o contínuo sucesso do MEO no mercado português, mesmo num contexto económico adverso e num mercado com elevada penetração de TV por subscrição. Os clientes triple-play da PT (voz, banda larga e TV por subscrição) foram responsáveis por 37 mil adições líquidas no 1T14, atingindo 989 mil clientes (um aumento de 14,7% face ao ano anterior).

No 1T14, os clientes móveis beneficiaram do desempenho dos clientes pós-pagos, os quais aumentaram 19,9% face ao 1T13 para 3.075 mil clientes (150 mil adições líquidas no 1T14), beneficiando do lançamento da oferta convergente M4O, lançada em janeiro de 2013, a qual continua a gerar migração da base de clientes móveis de pré-pago para pós-pago.

Residencial

No 1T14, os acessos de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) do segmento Residencial aumentaram 1,1% face ao 1T13, atingindo 3.848 mil, com os acessos de TV por subscrição e de banda larga a representarem já 57,4% do total de acessos de retalho em 31 de março de 2014. No 1T14, os acessos fixos de

02 Evolução dos negócios

retalho atingiram 18 mil adições líquidas, refletindo: (1) 8 mil desligamentos líquidos de linhas PSTN/RDIS; (2) 10 mil adições líquidas do serviço de TV por subscrição, e (3) 16 mil adições líquidas da banda larga fixa. Este desempenho foi impactado por ofertas comerciais agressivas no mercado e pela já elevada taxa de penetração de TV por subscrição no mercado português. O MEO, o serviço de TV por subscrição da PT, atingiu 1.168 mil clientes (+3,6% face ao 1T13), enquanto a banda larga fixa atingiu 1.042 mil clientes (+3,1% face ao 1T13), alavancados na oferta da PT, nomeadamente nos pacotes de serviços e no M4O, que ainda está a ganhar tração no mercado. Os clientes únicos do segmento Residencial atingiram 1.798 mil, enquanto os clientes triple-play atingiram 849 mil (+9,9% no 1T14 face ao 1T13) e já representavam 47,3% dos clientes residenciais da PT, aumentando a sua liderança neste mercado. O crescimento contínuo e sustentado das ofertas triple-play e quadruple-play levaram ao crescimento do ARPU de 0,9% face ao 1T13, para 32,1 euros e ao aumento dos RGUs por cliente único de 2,06 no 1T13 para 2,14 no 1T14, apesar de uma menor contribuição dos outros serviços de valor acrescentado.

Dados operacionais - Segmento Residencial ⁽¹⁾

| | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
|--|-------|-------|---------|
| Acessos fixos de retalho ('000) | 3.848 | 3.808 | 1,1% |
| PSTN/RDIS | 1.638 | 1.669 | (1,8%) |
| Clientes de banda larga | 1.042 | 1.011 | 3,1% |
| Clientes de TV | 1.168 | 1.127 | 3,6% |
| Clientes únicos | 1.798 | 1.852 | (2,9%) |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | 18 | 28 | (33,7%) |
| PSTN/RDIS | (8) | 1 | n.s. |
| Clientes de banda larga | 16 | 14 | 13,9% |
| Clientes de TV | 10 | 13 | (20,1%) |
| ARPU (euros) | 32,1 | 31,8 | 0,9% |
| Receitas não-voz em % das receitas (%) | 67,8 | 64,8 | 3,0pp |

(1) No seguimento da implementação do CRM convergente, a PT alterou o seu critério de segmentação para clientes que são empresários em nome individual, com impacto nos segmentos Residencial, Pessoal e Empresas. Os valores de 2013 foram reexpressos de acordo com esta alteração.

As receitas de serviço do segmento Residencial mantiveram-se relativamente estáveis em 179 milhões de euros, no 1T14 face ao 1T13. As receitas de serviço diminuíram 0,9% face ao 1T13 devido: (1) ao aumento da dinâmica e agressividade concorrencial, nomeadamente em termos de preço, com impacto nos programas de retenção; (2) à já elevada taxa de penetração de TV por subscrição, e (3) à alteração dos ganhos de quota de mercado, que passaram a ser por aumento do mercado de pay-TV nos segmentos sensíveis ao preço. Em resultado do aumento da penetração das ofertas triple-play e quadruple-play, o peso dos serviços não voz nas receitas de serviço do segmento Residencial atingiu 67,8% no 1T14 (+3,0pp face ao 1T13) e o peso das receitas de tarifas fixas atingiu 89,6% (+1,3pp face ao 1T13).

Pessoal

No 1T14, o número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e de banda larga, continuaram a demonstrar um forte desempenho, aumentando 3,0% face ao 1T13 para 6.316 mil clientes. No 1T14, os clientes móveis do segmento Pessoal registaram 73 mil desligamentos líquidos, uma vez que o sólido desempenho dos clientes pós-pago não compensou os desligamentos líquidos dos clientes pré-pago. Este sólido desempenho dos clientes pós-pago (116 mil adições líquidas no 1T14) é sustentado pelo forte sucesso comercial do M4O, que está a impulsionar a transformação do mercado móvel português através da introdução da convergência, o que permite uma diferenciação adicional das ofertas comerciais e ao mesmo tempo altera o enfoque do pré-pago

02 Evolução dos negócios

para o pós-pago. De facto, de acordo com a Anacom, no 4T13, a PT ganhou quota de mercado pelo quinto trimestre consecutivo (+2,3pp), ao contrário da concorrência.

No 1T14, as receitas de cliente do segmento Pessoal diminuíram 6,8% face ao 1T13, para 123 milhões de euros, devido às dinâmicas competitivas desafiantes, nomeadamente em termos de preços, e condições económicas difíceis, refletidas nas recargas mais baixas e voláteis e na migração para tarifários mais baratos. O peso das receitas de clientes com tarifa fixa aumentou 13,5pp face ao 1T13 para 47,9%, sustentados pelo desempenho do M4O e pelos planos tarifários "Unlimited". As receitas de interligação aumentaram 21,1% no 1T14 face ao 1T13, para 10 milhões de euros, dado que o efeito das MTRs, que diminuíram ao longo do ano 2012, está a diluir e a contribuir para uma melhoria nas receitas de interligação. O ARPU do segmento Pessoal diminuiu 9,2% no 1T14 face ao 1T13, para 7,0 euros, melhorando quando comparado com o 4T13 (-10,8% face ao 4T12). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 37,7% no 1T14 (+1,8pp face ao 1T13), refletindo o sólido desempenho dos serviços de dados móvel "internetnotelemóvel".

Dados operacionais • Segmento Pessoal ⁽¹⁾

| | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
|--|-------|-------|----------|
| Clientes móveis ('000) | 6.316 | 6.130 | 3,0% |
| Póspagos | 1.686 | 1.227 | 37,4% |
| Prépagos | 4.630 | 4.902 | (5,6%) |
| Adições líquidas ('000) | (73) | 53 | (239,6%) |
| Póspagos | 116 | 99 | 17,7% |
| Prépagos | (189) | (46) | n.s. |
| MOU (minutos) | 102 | 91 | 11,4% |
| ARPU (euros) | 7,0 | 7,7 | (9,2%) |
| Cliente | 6,4 | 7,2 | (10,7%) |
| Interligação | 0,5 | 0,5 | 16,0% |
| SARC (euros) | 24,9 | 25,5 | (2,6%) |
| Dados em % das receitas de serviço (%) | 37,7 | 35,9 | 1,8pp |

(1) No seguimento da implementação do CRM convergente, a PT alterou o seu critério de segmentação para clientes que são empresários em nome individual, com impacto nos segmentos Residencial, Pessoal e Empresas. Os valores de 2013 foram reexpressos de acordo com esta alteração.

Empresas

Apesar do contexto competitivo intenso, a PT manteve uma sólida liderança no segmento de grandes empresas e nas empresas de média e pequena dimensão, sustentada nos seus produtos e serviços diferenciados em ambos os mercados, alavancando no seu Data Centre de última geração.

As receitas operacionais do segmento Empresas diminuíram 6,5% no 1T14 face ao 1T13, para 190 milhões de euros, penalizadas: (1) pelas iniciativas por parte da administração pública relacionadas com elevado corte de custos e redução significativa nos investimentos em novos projetos nos últimos trimestres; (2) pelas iniciativas de redução de custos nas grandes empresas, mais visíveis em certos setores, tais como o setor da banca e serviços financeiros e o setor farmacêutico, e (3) pela intensa concorrência de preços nos vários segmentos, sobretudo no móvel. É importante salientar que as receitas das grandes empresas melhoraram o seu desempenho no 1T14, no fixo e no móvel. No 1T14, os serviços não voz representaram 57,6% das receitas de retalho do segmento Empresas, aumentando 4,8pp face ao mesmo período do ano anterior.

02 Evolução dos negócios

Dados operacionais • Segmento Empresas ⁽¹⁾

| | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
|--|-------|-------|---------|
| Acessos fixos de retalho ('000) | 1.149 | 1.092 | 5,2% |
| PSTN/RDIS | 714 | 736 | (3,0%) |
| Clientes de banda larga | 271 | 237 | 14,0% |
| Clientes de TV | 165 | 118 | 39,1% |
| RGU de retalho por acesso | 1,61 | 1,48 | 8,5% |
| Clientes móveis ('000) | 1.489 | 1.460 | 1,9% |
| Adições líquidas ('000) | | | |
| Acessos fixos de retalho ('000) | 10 | 12 | (20,6%) |
| PSTN/RDIS | (6) | (12) | 50,8% |
| Clientes de banda larga | 6 | 13 | (52,0%) |
| Clientes de TV | 9 | 11 | (17,6%) |
| Clientes móveis ('000) | 32 | (1) | n.s. |
| ARPU (euros) | 20,3 | 22,1 | (8,2%) |
| Receitas não-voz em % das receitas (%) | 57,6 | 52,8 | 4,8pp |

(1) No seguimento da implementação do CRM convergente, a PT alterou o seu critério de segmentação para clientes que são empresários em nome individual, com impacto nos segmentos Residencial, Pessoal e Empresas. Os valores de 2013 foram reexpressos de acordo com esta alteração.

Desempenho financeiro consolidado em Portugal

Informação financeira • op. de telecomunicações portuguesas ⁽¹⁾

| | Milhões de euros | | |
|---|------------------|--------------|---------------|
| | 1T14 | 1T13 | Δ14/13 |
| Receitas operacionais | 612,6 | 634,4 | (3,4%) |
| Residencial | 178,8 | 179,2 | (0,2%) |
| Receitas de serviço | 175,3 | 176,9 | (0,9%) |
| Vendas e outras receitas | 3,5 | 2,2 | 57,0% |
| Pessoal | 150,9 | 158,6 | (4,9%) |
| Receitas de serviço | 132,6 | 139,9 | (5,2%) |
| Receitas de cliente | 122,6 | 131,6 | (6,8%) |
| Receitas de interligação | 10,0 | 8,2 | 21,1% |
| Vendas e outras receitas | 18,3 | 18,7 | (2,6%) |
| Empresas | 190,0 | 203,2 | (6,5%) |
| Oferta grossista, outros e eliminações | 92,9 | 93,4 | (0,5%) |
| Custos operacionais | 347,0 | 362,9 | (4,4%) |
| Custos com pessoal | 60,4 | 63,0 | (4,0%) |
| Custos directos dos serviços prestados | 114,0 | 114,4 | (0,4%) |
| Custos comerciais | 54,7 | 59,8 | (8,5%) |
| Outros custos operacionais | 117,9 | 125,8 | (6,3%) |
| EBITDA ⁽²⁾ | 265,6 | 271,6 | (2,2%) |
| Custos com benefícios de reforma (PRBs) | 10,4 | 10,6 | (2,2%) |
| Amortizações | 154,4 | 161,8 | (4,6%) |
| Resultado operacional ⁽³⁾ | 100,8 | 99,1 | 1,7% |
| Margem EBITDA ⁽⁴⁾ | 43,4% | 42,8% | 0,6pp |
| Capex | 79,6 | 99,2 | (19,8%) |
| Capex em % das receitas operacionais | 13,0% | 15,6% | (2,6pp) |
| EBITDA menos Capex | 186,0 | 172,4 | 7,9% |

(1) No seguimento da implementação do CRM convergente, a PT alterou o seu critério de segmentação para clientes que são empresários em nome individual, com impacto nos segmentos Residencial, Pessoal e Empresas. Os valores de 2013 foram reexpressos de acordo com esta alteração. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (4) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

02 Evolução dos negócios

No 1T14, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 22 milhões de euros (-3,4% face ao 1T13) para 613 milhões de euros, refletindo: (1) a queda de receita no segmento Empresas (13 milhões de euros, -6,5% face ao 1T13, uma melhoria face aos trimestres anteriores), não obstante uma melhoria da tendência do segmento de Grandes Empresas, e (2) a queda de receita no segmento Pessoal em 4,9% face ao 1T13 para 151 milhões de euros, devido às dinâmicas competitivas desafiantes. As receitas do segmento Residencial mantiveram-se praticamente estáveis em 179 milhões de euros também devido ao aumento da concorrência, nomeadamente em termos de preço com impacto nos programas de retenção, e à alteração dos ganhos de quota de mercado, que passaram a ser por aumento do mercado de pay-TV nos segmentos sensíveis ao preço. As receitas do segmento Grossista, outros negócios e eliminações diminuíram para 93 milhões de euros (-0,5% face ao 1T13), beneficiando de maiores receitas associadas com certos contratos de tráfego e maiores receitas ULL, não obstante a diminuição de 2 milhões de euros no negócio das listas telefónicas (-22,9% face ao ano anterior).

Não obstante a pressão nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal, as medidas implementadas de controlo de custos e as iniciativas de transformação realizadas estão a permitir que a PT continue a reduzir custos e mantenha uma margem com desempenho sólido, registando uma melhoria de 0,6pp face ao mesmo período do ano anterior.

No 1T14, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações e PRBs diminuíram 4,4% face ao 1T13 (16 milhões de euros), para 347 milhões de euros. Os custos com pessoal diminuíram 4,0% face ao 1T13 para 60 milhões de euros, devido a maiores níveis de eficiência em certos processos internos. Os custos diretos diminuíram 0,4% no 1T14 face ao 1T13 para 114 milhões de euros, refletindo principalmente menores custos com as listas telefónicas e custos de interligação, compensados por maiores custos de rede. Os custos comerciais diminuíram 8,5% no 1T14 face ao 1T13, para 55 milhões de euros, não obstante as campanhas de marketing para comunicar o rebranding do negócio móvel da PT, com a alteração da marca de TMN para MEO. As outras despesas operacionais diminuíram 6,3% no 1T14 face ao 1T13 para 118 milhões de euros, devido principalmente a um enfoque rígido em controlo de custos e rentabilidade e ainda devido a uma maior produtividade nas atividades de manutenção, explicada pela implementação de redes de nova geração (FTTH), já referida no passado.

No 1T14, o EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 266 milhões de euros (-2,2% face ao 1T13), com uma margem de 43,4%, melhorando significativamente a tendência quando comparando ao 4T13 (-5,8% face ao 4T12), ao 3T13 (-9,1% face ao 3T12), ao 2T13 (-9,7% face ao 2T12) e ao 1T13 (-11,7% face ao 1T12). O desempenho do EBITDA refletiu a diminuição das receitas de serviço (23 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional, e também a margem mais reduzida dos novos serviços oferecidos pelo segmento Empresas. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 23 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu apenas 6 milhões de euros, refletindo o enfoque contínuo em corte de custos e ganhos de eficiência. O desempenho do EBITDA em Portugal também foi penalizado pela diminuição contínua no negócio das listas telefónicas.

O capex dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiu 19,8% no 1T14 face ao 1T13, para 80 milhões de euros, equivalente a 13,0% das receitas (-2,6pp face ao 1T13), devido principalmente a um menor capex de infraestrutura e tecnologia em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos, nas redes de FTTH e 4G-LTE. Em resultado, o EBITDA menos capex aumentou 7,9% no 1T14 face ao 1T13 para 186 milhões de euros. No 1T14, o investimento dos negócios de telecomunicações em Portugal foi direcionado, principalmente, para: (1) capex de tecnologia e infra-estrutura (25 milhões de euros, -21,1% face ao 1T13); (2) investimentos em projetos de TI/SI, o que representou 24% do capex total no 1T14, e (3) capex de cliente, que ascendeu a 34 milhões de euros (-15,5% face ao 1T13).

02 Evolução dos negócios

Negócios Internacionais

Oi

No 1T14, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 74.600 mil, um desempenho estável face ao 1T13, incluindo: (1) 17.661 mil RGUs residenciais (-4,4% face ao 1T13), refletindo principalmente uma diminuição das linhas fixas de 6,7% face ao 1T13; (2) 48.145 mil clientes móveis do segmento Mobilidade Pessoal, que aumentaram 3,4% face ao 1T13 impulsionados pelo crescimento dos clientes prépagos, e (3) 8.137 mil RGUs do segmento Empresas, uma diminuição de 9,1% face ao 1T13 impactada negativamente pelos clientes fixos e móveis, resultado principalmente da limpeza da base de clientes referida no último trimestre e não obstante um crescimento de 4,3% face ao 1T13 na banda larga. A Oi continuou a apostar na qualidade da base de clientes, incluindo a redução da dívida de cobrança duvidosa e dos desligamentos, através de uma estratégia comercial mais conservadora, de modo a assegurar o aumento da rentabilidade. As iniciativas em curso refletem um ambiente macro com menor dinamismo e um foco renovado na disciplina financeira e visam alcançar um crescimento sustentável.

No 1T14, as receitas líquidas consolidadas pro-forma da Oi, como reportadas pela Oi, diminuíram 2,3% face ao 1T13, para 6.877 milhões de reais, refletindo: (1) menores MTRs; (2) menor tráfego no segmento Empresas, e (3) o enfoque na rentabilidade e proteção da posição financeira da Oi. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo desempenho positivo da TV por subscrição e banda larga fixa no segmento Residencial. O EBITDA, como reportado pela Oi, ascendeu a 2.957 milhões de reais, com uma margem EBITDA de 43,0%, impactado pelo ganho com a venda das torres móveis. O capex ascendeu a 1.208 milhões de reais (-28,6% face ao 1T13), refletindo, principalmente, os investimentos passados nas redes móvel e de banda larga, assim como o enfoque da Oi em melhorar a alocação dos investimentos realizados. Em resultado, no 1T14, o EBITDA menos capex atingiu 1.749 milhões de reais. A dívida líquida ascendeu a 30.291 milhões de reais a 31 de março 2014.

Por favor consulte informação adicional no press release do 1T14 da Oi.

Demonstrações financeiras consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS**

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

| | | euros | |
|---|-------|---------------------|------------------------|
| | | 1T14 | 1T13 |
| | Notas | | Reexpresso (Nota 3) |
| RECEITAS | | | |
| Prestações de serviços | | 654.160.824 | 685.299.169 |
| Vendas | | 27.663.613 | 24.089.338 |
| Outras receitas | | 8.152.310 | 8.246.894 |
| | 5 | 689.976.747 | 717.635.401 |
| CUSTOS, PERDAS E (GANHOS) | | | |
| Custos com o pessoal | | 100.246.825 | 108.823.714 |
| Custos diretos dos serviços prestados | | 114.777.708 | 114.433.845 |
| Custos comerciais | | 55.316.087 | 63.887.427 |
| Fornecimentos, serviços externos e outras despesas | | 125.599.348 | 123.927.206 |
| Impostos indiretos | | 12.024.775 | 11.547.823 |
| Provisões e ajustamentos | | 2.691.673 | 5.084.027 |
| Amortizações e depreciações | 12 | 173.524.820 | 181.918.291 |
| Custos com benefícios de reforma | 6 | 10.416.815 | 10.684.991 |
| Custos com redução de efetivos | 6 | 263.873 | 643.893 |
| Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos | | (159.716) | (918.604) |
| Outras perdas (ganhos), líquidos | 7 | 6.240.630 | (24.253.394) |
| | | 600.942.838 | 595.779.219 |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | 5 | 89.033.909 | 121.856.182 |
| CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS | | | |
| Juros suportados, líquidos | 8 | 65.651.250 | 64.341.744 |
| Perdas em empreendimentos conjuntos | 17 | 18.204.317 | 16.982.768 |
| Ganhos em empresas participadas, líquidos | 5 | (21.661.989) | (41.099.432) |
| Outros custos financeiros, líquidos | 9 | 15.976.566 | 7.651.323 |
| | | 78.170.144 | 47.876.403 |
| Resultado antes de impostos | | 10.863.765 | 73.979.779 |
| Imposto sobre o rendimento | 10 | 16.003.864 | 34.245.808 |
| RESULTADO LÍQUIDO | | (5.140.099) | 39.733.971 |
| Atribuível a interesses não controladores | | 9.582.621 | 12.987.319 |
| Atribuível a acionistas da Portugal Telecom | 11 | (14.722.720) | 26.746.652 |
| Resultado líquido por ação | | | |
| Básico | 11 | (0,02) | 0,03 |
| Diluído | 11 | (0,02) | 0,03 |

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL**

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

| | | euros | |
|---|-------|--------------------|------------------------|
| | | 1T14 | 1T13 |
| | Notas | | Reexpresso (Nota 3) |
| Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados | | (5.140.099) | 39.733.971 |
| Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio | | | |
| Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados | | | |
| Ajustamentos de conversão cambial | | | |
| Conversão de operações em moeda estrangeira (i) | | 106.823.303 | 162.289.194 |
| Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros | | | |
| Variações no justo valor | | - | 508.800 |
| Efeito fiscal | | - | (127.200) |
| Outros resultados integrais em investimentos em empreendimentos conjuntos | | 9.466.233 | (2.201.515) |
| Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados | | | |
| Benefícios de reforma | | | |
| Ganhos (perdas) atuariais, líquidos | 6 | 28.330.757 | (4.257.024) |
| Efeito fiscal | | (6.516.074) | 1.064.256 |
| Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos | | 6.606.483 | (12.589.709) |
| Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital próprio | | 144.710.702 | 144.686.802 |
| Total do rendimento integral | | 139.570.603 | 184.420.773 |
| Atribuível a interesses não controladores | | 9.709.128 | 12.373.481 |
| Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom | | 129.861.475 | 172.047.292 |

(i) Os ganhos registados nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 estão relacionadas essencialmente com o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos da Portugal Telecom na Oi e na Contax.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2014

| | euros | | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------------|------------------|---------------------------|------------------------|---|---|------------------------------|--------------------------|
| | Capital social | Ações próprias | Reserva legal | Reserva de ações próprias | Reserva de reavaliação | Outras reservas e resultados acumulados | Capital próprio, excluindo interesses não controladores | Interesses não controladores | Total do capital próprio |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 26.895.375 | (337.520.916) | 6.773.139 | 6.970.320 | 524.724.045 | 2.076.740.633 | 2.304.582.596 | 232.674.346 | 2.537.256.942 |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | - | (6.250.000) | (6.250.000) |
| Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital | - | - | - | - | - | - | - | (792.784) | (792.784) |
| Realização de reserva de reavaliação | - | - | - | - | (7.937.828) | 7.937.828 | - | - | - |
| Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio | - | - | - | - | - | 145.300.640 | 145.300.640 | (613.838) | 144.686.802 |
| Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados | - | - | - | - | - | 26.746.652 | 26.746.652 | 12.987.319 | 39.733.971 |
| Saldo em 31 de março de 2013 (reexpresso) | 26.895.375 | (337.520.916) | 6.773.139 | 6.970.320 | 516.786.217 | 2.256.725.753 | 2.476.629.888 | 238.005.043 | 2.714.634.931 |

| | euros | | | | | | | | |
|--|-------------------|----------------------|------------------|---------------------------|------------------------|---|---|------------------------------|--------------------------|
| | Capital social | Ações próprias | Reserva legal | Reserva de ações próprias | Reserva de reavaliação | Outras reservas e resultados acumulados | Capital próprio, excluindo interesses não controladores | Interesses não controladores | Total do capital próprio |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 26.895.375 | (337.520.916) | 6.773.139 | 6.970.320 | 516.587.428 | 1.421.614.031 | 1.641.319.377 | 225.495.738 | 1.866.815.115 |
| Realização de reserva de reavaliação | - | - | - | - | (8.149.504) | 8.149.504 | - | - | - |
| Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio | - | - | - | - | - | 144.584.195 | 144.584.195 | 126.507 | 144.710.702 |
| Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados | - | - | - | - | - | (14.722.720) | (14.722.720) | 9.582.621 | (5.140.099) |
| Saldo em 31 de março de 2014 | 26.895.375 | (337.520.916) | 6.773.139 | 6.970.320 | 508.437.924 | 1.559.625.010 | 1.771.180.852 | 235.204.866 | 2.006.385.718 |

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

euros

| | Notas | 31 mar 2014 | 31 dez 2013 |
|---|-------|-----------------------|-----------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo corrente | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 1.276.838.612 | 1.658.950.514 |
| Investimentos de curto prazo | | 1.071.266.009 | 914.128.757 |
| Contas a receber - clientes | | 754.928.563 | 762.936.473 |
| Contas a receber - outros | | 532.779.630 | 406.451.496 |
| Existências | | 85.391.870 | 85.872.948 |
| Impostos a recuperar | | 81.280.245 | 70.932.459 |
| Custos diferidos | | 63.857.684 | 65.244.104 |
| Outros ativos correntes | | 5.846.463 | 3.985.415 |
| Ativos não correntes detidos para venda | | 4.653.741 | 4.653.741 |
| Total do ativo corrente | | 3.876.842.817 | 3.973.155.907 |
| Ativo não corrente | | | |
| Contas a receber | | 1.064.208 | 1.284.622 |
| Impostos a recuperar | | 30.542 | 24.739 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos | 17 | 2.498.722.705 | 2.408.246.860 |
| Investimentos em empresas associadas | | 395.446.264 | 511.316.161 |
| Outros investimentos | | 32.467.917 | 22.243.652 |
| Goodwill | | 380.545.144 | 380.616.265 |
| Ativos intangíveis | 12 | 709.336.333 | 717.703.676 |
| Ativos tangíveis | 12 | 3.373.319.835 | 3.438.479.384 |
| Benefícios de reforma | 6 | 1.877.793 | 1.834.000 |
| Ativos por impostos diferidos | 10 | 555.093.125 | 564.894.918 |
| Depósitos judiciais | | 619.730 | 594.998 |
| Total do ativo não corrente | | 7.948.523.596 | 8.047.239.275 |
| Total do ativo | | 11.825.366.413 | 12.020.395.182 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo corrente | | | |
| Dívida de curto prazo | 13 | 1.350.732.359 | 1.491.976.460 |
| Contas a pagar | | 509.801.055 | 568.270.540 |
| Acréscimos de custos | | 522.326.662 | 534.656.119 |
| Proveitos diferidos | | 204.850.093 | 246.784.244 |
| Impostos a pagar | | 97.638.977 | 80.107.942 |
| Provisões | | 77.637.520 | 88.789.844 |
| Outros passivos correntes | | 3.945.106 | 13.980.981 |
| Total do passivo corrente | | 2.766.931.772 | 3.024.566.130 |
| Passivo não corrente | | | |
| Dívida de médio e longo prazo | 13 | 5.876.417.596 | 5.879.161.433 |
| Contas a pagar | | 13.737.776 | 19.470.144 |
| Provisões | | 2.239.868 | 2.271.075 |
| Benefícios de reforma | 6 | 892.805.246 | 960.880.069 |
| Passivos por impostos diferidos | 10 | 243.120.857 | 243.824.693 |
| Outros passivos não correntes | | 23.727.580 | 23.406.523 |
| Total do passivo não corrente | | 7.052.048.923 | 7.129.013.937 |
| Total do passivo | | 9.818.980.695 | 10.153.580.067 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital social | | 26.895.375 | 26.895.375 |
| Ações próprias | | (337.520.916) | (337.520.916) |
| Reserva legal | | 6.773.139 | 6.773.139 |
| Reserva de ações próprias | | 6.970.320 | 6.970.320 |
| Reserva de reavaliação | | 508.437.924 | 516.587.428 |
| Outras reservas e resultados acumulados | | 1.559.625.010 | 1.421.614.031 |
| Capital próprio excluindo interesses não controladores | | 1.771.180.852 | 1.641.319.377 |
| Interesses não controladores | | 235.204.866 | 225.495.738 |
| Total do capital próprio | | 2.006.385.718 | 1.866.815.115 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 11.825.366.413 | 12.020.395.182 |

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

| | | euros | |
|---|-------|----------------------|------------------------|
| | | 1T14 | 1T13 |
| | Notas | | Reexpresso (Nota 3) |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de clientes | | 788.056.412 | 829.631.735 |
| Pagamentos a fornecedores | | (345.948.290) | (397.922.773) |
| Pagamentos ao pessoal | | (108.484.933) | (104.153.591) |
| Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento | | (19.435.908) | (19.370.467) |
| Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos | 6 | (50.468.547) | (44.129.497) |
| Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros | 14.a | (46.674.635) | (71.163.289) |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | 217.044.099 | 192.892.118 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 14.b | 684.339 | 1.728.054 |
| Investimentos financeiros | | 5.850.860 | 165.166 |
| Ativos tangíveis e intangíveis | | 462.053 | 1.634.106 |
| Juros e proveitos similares | 14.c | 23.399.954 | 26.708.473 |
| Dividendos | 14.d | 1.056.627 | 75.234.883 |
| Outras atividades de investimento | | 145.517 | 6.303 |
| | | 31.599.350 | 105.476.985 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 14.b | (150.977.350) | (2.036.896) |
| Investimentos financeiros | | (9.782.472) | (4.306.527) |
| Ativos tangíveis e intangíveis | | (158.923.921) | (188.879.341) |
| Outras atividades de investimento | | - | (393) |
| | | (319.683.743) | (195.223.157) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | (288.084.393) | (89.746.172) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | 14.e | 36.511 | 80.106.950 |
| Subsídios | | 1.075.025 | 127.000 |
| | | 1.111.536 | 80.233.950 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | 14.e | (150.178.444) | (384.116.234) |
| Juros e custos similares | 14.c | (156.695.297) | (119.546.223) |
| Dividendos | 14.f | (9.798.073) | (16.631.061) |
| Outras atividades de financiamento | | (26.050) | - |
| | | (316.697.864) | (520.293.518) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | (315.586.328) | (440.059.568) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 1.658.950.514 | 1.988.797.138 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | (386.626.622) | (336.913.622) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 4.514.720 | 6.744.479 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 1.276.838.612 | 1.658.627.995 |

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Março de 2014

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia. Estes serviços não sofreram alterações significativas durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, quando comparados com os reportados pela Portugal Telecom no seu último relatório anual.

Em 1 de outubro de 2013, a Portugal Telecom, a Oi S.A. ("Oi"), a AG Telecom Participações S.A. ("AG Tel"), a LF Tel S.A. ("LF Tel"), a Bratel Brasil S.A. ("Bratel"), a Pasa Participações S.A. ("Pasa"), a EDSP 75 Participações ("EDSP75"), (que conjuntamente com a Telemar Participações S.A. ("Tpart") são denominadas como "Holdings da Oi"), o BES e a Ongoing assinaram um acordo de intenções que define os princípios essenciais para uma proposta de fusão entre a Portugal Telecom, a Oi e as Holdings da Oi, com vista a constituírem uma única e integrada sociedade cotada brasileira ("CorpCo" ou "Telemar Participações"). A operação de fusão é uma consequência natural da aliança industrial entre a Portugal Telecom e a Oi estabelecida em 2010, criando um operador de telecomunicações líder.

Em 19 de fevereiro de 2014, a Portugal Telecom e a Oi assinaram os instrumentos contratuais definitivos relacionados com a Combinação de Negócios entre as partes. Estes documentos definem e regulam as etapas necessárias para a conclusão desta Combinação de Negócios, que incluem as principais transações descritas abaixo:

- Em 5 de maio de 2014, a Oi concretizou um aumento de capital com a emissão total de 2.142.279.524 ações ordinárias ao preço de 2,17 Reais por ação e 4.284.559.049 ações preferenciais ao preço de 2,00 Reais por ação, e, nessa mesma data, o Banco BTG Pactual S.A. (Banco Pactual), na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública e nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, exerceu parcialmente a opção de colocar mais 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi; o montante total do aumento de capital, incluindo a opção exercida pelo Banco Pactual, ascendeu a 13,96 mil milhões de reais brasileiros, composto por (1) 5,71 mil milhões de reais brasileiros (1,75 mil milhões de euros) em ativos contribuídos pela Portugal Telecom tendo por base a avaliação dos Ativos PT (como definido abaixo) realizada pelo Banco Santander (Brasil), S.A., tendo a Portugal Telecom subscrito 1.045.803.934 ações ordinárias e 1.720.252.731 ações preferências emitidas pela Oi, e (2) 8,25 mil milhões de reais brasileiros em dinheiro obtido de outros investidores, os quais subscreveram as remanescentes 1.216.740.636 ações ordinárias e 2.804.836.410 ações preferenciais emitidas pela Oi; a participação da Portugal Telecom no aumento de capital da Oi, através da contribuição dos ativos que representam todos os ativos operacionais direta ou indiretamente detidos pelo Grupo Portugal Telecom e as correspondentes responsabilidades, com exceção das ações da Oi, da Contax Participações SA e da Bratel BV ("Ativos PT"), pelo valor de 5,71 mil milhões de reais brasileiros (1,75 mil milhões de euros), foi aprovada por uma maioria de 99,87% dos votos presentes em Assembleia Geral de acionistas da Portugal Telecom realizada em 27 de março de 2014.
- Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom subscreeu 4,8 mil milhões de reais brasileiros de obrigações convertíveis em ações da AG e da LF, montante que a AG e a LF deverão usar para reembolsar a sua dívida e subscreever obrigações

convertíveis a serem emitidas pela Telemar Participações, a qual, por sua vez, também vai usar esses recursos para reembolsar a sua própria dívida.

- Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom trocou as suas participações na CTX e na Contax por ações da AG e da LF, as quais nessa data detinham apenas ações da Oi e da Telemar Participações.
- Pendente da aprovação dos titulares de ações ordinárias da Oi e da Telemar Participações, as ações da Oi não detidas pela Telemar Participações serão trocadas por ações ordinárias da Telemar Participações e a Oi tornar-se-á uma subsidiária integral da Telemar Participações. Esta operação está prevista ocorrer no segundo semestre de 2014.
- A fusão da Portugal Telecom com a Telemar Participações, com esta a ser a única empresa sobrevivente, nos termos da qual cada ação da Portugal Telecom emitida e em circulação será cancelada e o seu titular receberá automaticamente ações ordinárias da Telemar Participações, deixando a Portugal Telecom de existir. Esta operação está prevista ocorrer no segundo semestre de 2014.

Como resultado, no seguimento do aumento do capital acima mencionado e da opção exercida pelo Banco Pactual, a Portugal Telecom irá deter, direta e indiretamente, 35,8% do capital social emitido e em circulação da Oi (excluindo a participação da Portugal Telecom nas ações da Oi detidas pela Telemar Participações SA e pela AG e LF).

As ações da Portugal Telecom continuarão a negociar até a conclusão da fusão com a Telemar Participações. Em resultado da fusão, os acionistas da Portugal Telecom receberão 3,64 ações da Telemar Participações por cada ação da Portugal Telecom. Adicionalmente, e tal como aprovado em Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2014, os acionistas da Portugal Telecom irão receber, antes da conclusão da combinação de negócios, um dividendo de 10 cêntimos de euro por ação.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 13 de maio de 2014.

2. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a norma IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar* ("IAS 34"). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013, não ocorreram quaisquer alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo relativamente a empresas consolidadas pelo método integral. Informações detalhadas relativas aos investimentos em empreendimentos conjuntos e à participação da Empresa nos resultados dos mesmos encontra-se divulgada na Nota 17.

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

Conforme referido no relatório anual de 2013, no quarto trimestre de 2013, a Portugal Telecom adotou antecipadamente o conjunto de 5 normas emitidas pelo IASB em maio de 2011 (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e versões revistas da IAS 27 e IAS 28), embora a sua aplicação na União Europeia fosse obrigatória apenas a partir de 1 de janeiro de 2014. Os impactos da adoção da IFRS 11

consistiram em reconhecer os investimentos em empreendimentos conjuntos pelo método da equivalência patrimonial, aplicável fundamentalmente à Oi, Contax e seus acionistas controladores, os quais anteriormente à adoção desta norma eram consolidados pelo método proporcional, conforme era permitido pela IAS 31, norma que foi substituída pela IFRS 11. Informação financeira resumida relativamente aos investimentos em empreendimentos conjuntos encontra-se divulgada na Nota 17.

Em resultado da adoção da IFRS 11 pela primeira vez no quarto trimestre de 2013, a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2013 apresentada pela Empresa no último relatório anual já refletem os impactos da adoção deste normativo, mas a Demonstração Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2013 apresentadas no respetivo relatório intercalar de 2013 não refletiam ainda os impactos da adoção da IFRS 11, pelo que foram reexpressas em conformidade, como segue:

| Demonstração Consolidada dos Resultados para o trimestre findo em 31 de março de 2013 | | | euros |
|--|--|------------------------------|------------------------------------|
| | Demonstração antes dos efeitos da reexpressão | Adoção da IFRS 11 | Demonstração reexpressa |
| Receitas totais | 1.552.591.584 | (834.956.183) | 717.635.401 |
| Custos, perdas e (ganhos) | | | |
| Custos com o pessoal | 248.241.918 | (139.418.204) | 108.823.714 |
| Custos diretos dos serviços prestados | 266.182.268 | (151.748.423) | 114.433.845 |
| Custos comerciais | 122.224.947 | (58.337.520) | 63.887.427 |
| Fornecimentos, serviços externos e outras despesas | 299.571.656 | (175.644.450) | 123.927.206 |
| Impostos indiretos | 58.567.274 | (47.019.451) | 11.547.823 |
| Provisões e ajustamentos | 31.551.743 | (26.467.716) | 5.084.027 |
| Amortizações e depreciações | 340.356.813 | (158.438.522) | 181.918.291 |
| Custos com benefícios de reforma | 12.522.928 | (1.837.937) | 10.684.991 |
| Custos com redução de efetivos | 643.893 | - | 643.893 |
| Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos | (365.057) | (553.547) | (918.604) |
| Outros custos (ganhos) operacionais, líquidos | (21.144.565) | (3.108.829) | (24.253.394) |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | 194.237.766 | (72.381.584) | 121.856.182 |
| Juros suportados, líquidos | 145.674.248 | (81.332.504) | 64.341.744 |
| Perdas em empreendimentos conjuntos | - | 16.982.768 | 16.982.768 |
| Ganhos em empresas participadas, líquidos | (40.062.337) | (1.037.095) | (41.099.432) |
| Outros custos financeiros, líquidos | 17.561.121 | (9.909.798) | 7.651.323 |
| Imposto sobre o rendimento | 32.292.311 | 1.953.497 | 34.245.808 |
| Resultado líquido | 38.772.423 | 961.548 | 39.733.971 |
| Atribuível a interesses não-controladores | 12.025.771 | 961.548 | 12.987.319 |
| Atribuível a accionistas da Portugal Telecom | 26.746.652 | - | 26.746.652 |
| Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom | | | |
| Básico | 0,03 | 0,00 | 0,03 |
| Diluído | 0,03 | 0,00 | 0,03 |

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2013

| | Demonstração antes dos efeitos da reexpressão | Adoção da IFRS 11 | Demonstração reexpressa |
|---|---|----------------------|----------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de clientes | 1.867.341.800 | (1.037.710.065) | 829.631.735 |
| Pagamentos a fornecedores | (815.562.973) | 417.640.200 | (397.922.773) |
| Pagamentos ao pessoal | (275.782.145) | 171.628.554 | (104.153.591) |
| Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento | (44.709.934) | 25.339.467 | (19.370.467) |
| Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos | (52.788.615) | 8.659.118 | (44.129.497) |
| Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros | (397.784.542) | 326.621.253 | (71.163.289) |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | 280.713.591 | (87.821.473) | 192.892.118 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 80.600.014 | (80.908.856) | (308.842) |
| Juros e proveitos similares | 33.676.900 | (6.968.427) | 26.708.473 |
| Dividendos | 25.240.512 | 49.994.371 | 75.234.883 |
| Investimentos financeiros | (4.141.361) | - | (4.141.361) |
| Ativos tangíveis e intangíveis | (358.414.975) | 171.169.740 | (187.245.235) |
| Outras atividades de investimento | 1.570.911 | (1.565.001) | 5.910 |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | (221.467.999) | 131.721.827 | (89.746.172) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Empréstimos obtidos | 242.422.894 | (162.315.944) | 80.106.950 |
| Empréstimos obtidos | (484.003.688) | 99.887.454 | (384.116.234) |
| Juros e custos similares | (163.487.190) | 43.940.967 | (119.546.223) |
| Dividendos | (31.522.175) | 14.891.114 | (16.631.061) |
| Outras atividades de financiamento | (41.230.003) | 41.357.003 | 127.000 |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | (477.820.162) | 37.760.594 | (440.059.568) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 2.507.099.156 | (518.302.018) | 1.988.797.138 |
| Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | (418.574.570) | 81.660.948 | (336.913.622) |
| Efeito das diferenças de câmbio | 30.876.380 | (24.131.901) | 6.744.479 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 2.119.400.966 | (460.772.971) | 1.658.627.995 |

4. Taxas de Câmbio

Em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos expressos nas principais moedas estrangeiras foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro:

| Moeda | 31 mar 2014 | 31 dez 2013 |
|----------------|-------------|-------------|
| Real do Brasil | 3,1276 | 3,2576 |
| Dólar dos EUA | 1,3788 | 1,3791 |

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa de empresas subsidiárias e conjuntamente controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias:

| Moeda | 1T14 | 1T13 |
|----------------|--------|--------|
| Real do Brasil | 3,2400 | 2,6368 |
| Dólar dos EUA | 1,3696 | 1,3206 |

5. Reporte de segmentos

Até 31 de março de 2014, os segmentos operacionais, são definidos com base na forma como o Conselho de Administração revê e avalia a performance dos negócios do Grupo para tomar decisões acerca da alocação de recursos são os seguintes: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

O segmento operacional denominado “Telecomunicações em Portugal” inclui a rede fixa e a rede móvel.

O segmento operacional denominado “Telecomunicações no Brasil – Oi” inclui a Oi, S.A. e as suas subsidiárias. A Portugal Telecom divulga a Oi como um segmento operacional uma vez que a gestão da Empresa revê e avalia periodicamente a sua performance, não obstante a Oi ser classificada como um empreendimento conjunto de acordo com a IFRS 11 e como tal reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Além dos segmentos atrás mencionados, o Grupo tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas do Grupo: (1) MTC, Cabo Verde Telecom e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis, e (2) algumas empresas Portuguesas que prestam serviços de suporte ao negócio, nomeadamente a PT – Cloud e Data Centers, PT Inovação e Sistemas, PT Pro Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados e PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, as receitas por segmento operacional e respetiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

| | 1T14 | | | 1T13 | | |
|--|-------------------------------|----------------------|-----------------------|-------------------------------|----------------------|-----------------------|
| | Receitas antes de eliminações | Receitas intra-grupo | Receitas consolidadas | Receitas antes de eliminações | Receitas intra-grupo | Receitas consolidadas |
| Telecomunicações em Portugal (i) | 612.609.794 | (3.963.495) | 608.646.299 | 634.447.020 | (4.668.148) | 629.778.872 |
| Receitas relativas a outras operações (ii) | 187.352.461 | (106.022.013) | 81.330.448 | 197.797.177 | (109.940.648) | 87.856.529 |
| Receitas consolidadas do Grupo | | | 689.976.747 | | | 717.635.401 |

- (i) A redução de 22 milhões de euros nas receitas antes de eliminações dos negócios de telecomunicações em Portugal no trimestre findo em 31 de março de 2014, em comparação com o mesmo período do ano anterior, é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Empresariais (13 milhões de euros), penalizadas pela contínua pressão nos preços e no consumo, pela redução no investimento por parte das empresas e iniciativas de corte de custos; (2) uma redução nas receitas do segmento de clientes Pessoal (8 milhões de euros), em resultado essencialmente de menores receitas de clientes, as quais refletem o ambiente macroeconómico adverso que se traduz em recargas inferiores e voláteis, a concorrência de preços e migração para planos de tarifas mais baixas. As receitas do segmento de clientes Residencial que continuam a ser afetadas por dinâmicas competitivas e de preços mantiveram-se praticamente estáveis, apesar dos contínuos ganhos de quota de mercado das ofertas triple-play e quadruple play do Meo.
- (ii) A diminuição no contributo das outras operações para as receitas consolidadas reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Dólar Namibiano face ao Euro e outros efeitos cambiais negativos (11 milhões de euros). Excluindo estes efeitos, as outras receitas teriam aumentado 4 milhões de euros para 92 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2014, devido essencialmente a uma maior contribuição da MTC, devido sobretudo a um aumento significativo nos serviços de dados e maiores receitas de voz de retalho, parcialmente compensada por uma menor contribuição da TimorTelecom, em resultado da entrada de dois novos operadores no mercado durante o ano 2013.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais consolidados e o resultado líquido do Grupo é como segue:

| | euros | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Telecomunicações em Portugal (i) | 94.414.728 | 124.618.493 |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações | (5.380.819) | (2.762.311) |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | 89.033.909 | 121.856.182 |
| Ganhos (custos) financeiros: | | |
| Juros suportados, líquidos (Nota 8) | (65.651.250) | (64.341.744) |
| Perdas em empreendimentos conjuntos (Nota 17) | (18.204.317) | (16.982.768) |
| Ganhos em empresas associadas, líquidos (ii) | 21.661.989 | 41.099.432 |
| Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9) | (15.976.566) | (7.651.323) |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 10) | (16.003.864) | (34.245.808) |
| Lucro (prejuízo) líquido | (5.140.099) | 39.733.971 |

- (i) A redução de 30 milhões de euros ocorrida nesta rubrica reflete essencialmente: (1) menores receitas operacionais (22 milhões de euros), como explicado acima; e (2) uma redução nos outros ganhos líquidos (31 milhões de euros), devido a um ganho reconhecido no primeiro trimestre de 2013 relacionado com o Contrato de Concessão da PT Comunicações, conforme explicado na Nota 7. Estes efeitos foram parcialmente compensados por (1) menores custos com amortizações e depreciações (7 milhões de euros), beneficiando de menores investimentos realizados em 2013, e (2) uma redução nos custos com o pessoal, explicados por melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal decorrentes do plano de reestruturação implementado no segundo trimestre de 2013, e (3) menores custos comerciais e de serviços com terceiros (13 milhões de euros), refletindo o enfoque na eficiência e controlo de custos e também um aumento na produtividade das atividades de manutenção devido à implantação das redes de nova geração, não obstante a intensificação das atividades comerciais no decurso da implementação do M.O.
- (ii) A diminuição nos ganhos em empresas associadas reflete, essencialmente, menores resultados da Unitel. No primeiro trimestre de 2013, esta rubrica inclui igualmente a participação da Portugal Telecom nos resultados da CTM, no montante de 8 milhões de euros, empresa alienada no segundo trimestre de 2013

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional consolidado e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados são como segue (Nota 12):

| | euros | |
|------------------------------|--------------------|--------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Telecomunicações em Portugal | 79.566.437 | 99.165.819 |
| Outros negócios | 22.998.487 | 20.564.491 |
| | 102.564.924 | 119.730.310 |

No trimestre findo em 31 de março de 2014, o investimento em ativos tangíveis e intangíveis no negócio de telecomunicações em Portugal ascendeu a 80 milhões de euros, uma redução de 20 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, a qual reflete: (1) uma redução nos investimentos em infraestrutura e tecnologia, em resultado dos fortes investimentos realizados em anos anteriores em FTTH e cobertura 4G-LTE; (2) uma redução nos investimentos em projetos de TI/SI, essencialmente explicada pelos investimentos realizados em 2013 no desenvolvimento do *Data Centre* da Portugal Telecom; e (3) uma redução nos investimentos relacionados com a aquisição de clientes, explicada pela redução dos custos unitários dos equipamentos e um menor *churn* nos serviços de *Pay-TV* e banda larga.

Tal como mencionado anteriormente, a Oi é classificada como um empreendimento conjunto e como tal reconhecida pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pela IFRS 11. Não obstante, a Oi, no âmbito da *IFRS 8 – Segmentos Operacionais*, é considerada como um segmento operacional, pelo que se apresenta abaixo informação financeira da Oi para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, considerando a percentagem de controlo conjunto de 25,6% detida pela Portugal Telecom:

| | euros | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Receitas (i) | 556.195.707 | 723.943.188 |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos (ii) | 104.214.844 | 68.108.709 |
| Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (iii) | 95.520.439 | 164.252.004 |

- (i) A redução de 168 milhões de euros nas receitas operacionais da Oi é explicada essencialmente pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (127 milhões de euros). Numa base de moeda constante, a redução das receitas é explicada essencialmente por menores receitas de interligação e por uma redução nas outras receitas operacionais.
- (ii) O aumento de 36 milhões de euros nos resultados antes de resultados financeiros e impostos da Oi reflete, essencialmente, o ganho reconhecido no primeiro trimestre de 2014 relacionado com a venda de 2.007 torres de telecomunicações móveis, no montante de 1.322 milhões de reais brasileiros (105 milhões de euros). Este efeito foi parcialmente compensado (1) pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (24 milhões de euros), e, numa base de moeda constante, (2) pela diminuição nas receitas operacionais (41 milhões de euros), tal como explicado acima, (3) pelo aumento nos custos com depreciações e amortizações (10 milhões de euros), reflectindo o aumento nos investimentos realizados em anos anteriores, e (4) pelo aumento nos custos com pessoal (30 milhões de euros), explicada principalmente pela reversão de remunerações variáveis no primeiro trimestre de 2013.
- (iii) Numa base de moeda constante, excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (22 milhões de euros), o investimento em ativos tangíveis e intangíveis teria diminuído para 117 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2014, uma redução de 47 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, refletindo uma abordagem mais granular nos investimentos e o foco no reforço da parceria com os principais fornecedores. Esta abordagem inclui a redução do número de fornecedores, a renegociação de contratos importantes e o foco na otimização do custo total da rede, além da captação de sinergias de rede entre diferentes tecnologias e através da partilha de rede com outros parceiros.

6. Benefícios de reforma

Em 31 de março de 2014, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o trimestre findo em 31 de março de 2014 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro 2013, ajustado apenas pelos custos com redução de efetivos incorridos durante esse período.

Em 31 de março de 2014, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma, as quais estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 492 milhões de euros, sendo que o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 418 milhões de euros, o que compara com 494 milhões de euros e 386 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, respetivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 816 milhões de euros em 31 de março de 2014, face a 852 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal de financiamento. Estes salários são pagos diretamente pela Portugal Telecom aos seus beneficiários numa base mensal, até estes atingirem a idade de reforma. Desta forma, em 31 de março de 2014, as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Portugal Telecom ascendiam a 891 milhões de euros, o que compara com 959 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos, foram como segue:

| | euros | | | |
|---|----------------------------|----------------------|--|---------------------|
| | Complementos de pensões | Cuidados de saúde | Salários a pré- reformados e empregados suspensos | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 22.559.836 | 84.815.958 | 851.670.275 | 959.046.069 |
| Custos com benefícios de reforma do período | 246.854 | 1.522.500 | 3.798.250 | 5.567.604 |
| Custos com redução de efetivos | - | - | 37.012 | 37.012 |
| Perdas (ganhos) atuariais, líquidas | (1.082.575) | (27.248.182) | - | (28.330.757) |
| Pagamentos, contribuições e reembolsos | (1.341.475) | (4.782.412) | (39.268.588) | (45.392.475) |
| Saldo em 31 de março de 2014 | 20.382.640 | 54.307.864 | 816.236.949 | 890.927.453 |

| | euros | | | |
|---|----------------------------|----------------------|--|---------------------|
| | Complementos de pensões | Cuidados de saúde | Salários a pré- reformados e empregados suspensos | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 27.801.205 | 75.495.635 | 730.437.447 | 833.734.287 |
| Custos com benefícios de reforma do período | 303.917 | 1.587.977 | 3.320.433 | 5.212.327 |
| Custos com redução de efetivos | - | - | 24.028 | 24.028 |
| Perdas (ganhos) atuariais, líquidas | (944.841) | 5.201.865 | - | 4.257.024 |
| Pagamentos, contribuições e reembolsos | (151.160) | (3.997.396) | (34.210.738) | (38.359.294) |
| Saldo em 31 de março de 2013 | 27.009.121 | 78.288.081 | 699.571.170 | 804.868.372 |

Alguns planos de benefícios de reforma que apresentam posições excedentárias, para os quais se pode reconhecer um ativo por ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos, são apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira separadamente dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

| | euros | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 31 mar 2014 | 31 dez 2013 |
| Planos de pensões com uma posição deficitária | 22.260.433 | 24.393.836 |
| Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos | 816.236.949 | 851.670.275 |
| Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária | 54.307.864 | 84.815.958 |
| Planos com uma posição deficitária | 892.805.246 | 960.880.069 |
| Planos de pensões com uma posição excedentária | (1.877.793) | (1.834.000) |
| | 890.927.453 | 959.046.069 |

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 é como segue:

| | euros | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Custos com benefícios de reforma | | |
| Custo do serviço do período | 969.292 | 1.056.245 |
| Custo financeiro, líquido | 4.598.312 | 4.156.082 |
| | 5.567.604 | 5.212.327 |
| Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i) | 4.849.211 | 5.472.664 |
| Total de custos com benefícios de reforma | 10.416.815 | 10.684.991 |
| Custos com redução de efetivos | | |
| Programa de redução de efetivos | 37.012 | 24.028 |
| Pagamentos por cessação de contratos de trabalho | 226.861 | 619.865 |
| Total de custos com redução de efetivos | 263.873 | 643.893 |

- (i) Esta rubrica está relacionada com as contribuições para a Segurança Social relativas ao serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa que foram transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

Os ganhos atuariais líquidos reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral no trimestre findo em 31 de março de 2014 ascenderam a 28.330.757 euros, o que compara com perdas atuariais líquidas de 4.257.024 euros no mesmo período do ano anterior, e estão relacionados com a diferença entre a rentabilidade real dos ativos dos planos de benefícios de reforma e a rentabilidade estimada dos mesmos calculada com base nas taxas de desconto utilizadas para as respetivas responsabilidades. Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, a rentabilidade real dos ativos dos planos foi de +8,1% e -0,1%, respetivamente, em comparação com a taxa de desconto média utilizada para o cálculo da rentabilidade esperada dos ativos, a qual ascendeu a +0,9% em ambos os períodos.

As saídas líquidas de fluxos de caixa relacionadas com benefícios de reforma nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 são como segue:

| | euros | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos | 39.268.588 | 34.210.738 |
| Contribuições para os fundos de pensões | 1.120.000 | - |
| Pagamentos relacionados com cuidados de saúde | 4.782.412 | 3.997.396 |
| Pagamentos de benefícios relativos a complementos de pensões | 221.475 | 151.160 |
| | 45.392.475 | 38.359.294 |
| Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i) | 4.849.211 | 5.150.338 |
| Pagamentos por cessação de contratos de trabalho | 226.861 | 619.865 |
| | 50.468.547 | 44.129.497 |

(i) Esta rubrica corresponde a contribuições pagas pela Portugal Telecom à Segurança Social, relacionadas com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

7. Outros custos (ganhos), líquidos

As outras perdas líquidas ascenderam a 6 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2014, o que compara com outros ganhos líquidos de 24 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, uma variação de 30 milhões de euros que reflete, principalmente, o reconhecimento de um ganho relacionado com o Contrato de Concessão da Rede Fixa no primeiro trimestre de 2013.

8. Juros suportados, líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição (Nota 5):

| | euros | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Juros suportados | | |
| Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros | 83.944.352 | 86.376.874 |
| Outros | 4.289.946 | 1.377.894 |
| Juros obtidos | | |
| Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros | (21.228.129) | (22.070.562) |
| Outros | (1.354.919) | (1.342.462) |
| | 65.651.250 | 64.341.744 |

O aumento nos juros suportados líquidos reflete aumentos pouco significativos na dívida líquida média e no custo médio da dívida líquida das operações em Portugal, de 5,3% no trimestre findo em 31 de março de 2013 para 5,4% no trimestre findo em 31 de março de 2014, devido essencialmente a um menor retorno das aplicações de tesouraria.

9. Outros custos financeiros, líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição (Nota 5):

| | euros | |
|---|-------------------|------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Comissões e outros serviços bancários | 16.598.178 | 10.185.958 |
| Ganhos com variações cambiais, líquidos | (497.378) | (3.487.942) |
| Outros | (124.234) | 953.307 |
| | 15.976.566 | 7.651.323 |

O aumento nos outros custos financeiros líquidos, os quais incluem ganhos cambiais líquidos, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, reflete essencialmente: (1) menores ganhos cambiais líquidos devido, principalmente, ao impacto da valorização do Dólar face ao Euro em ativos líquidos denominados em Dólares no primeiro trimestre de 2013, e (2) maiores taxas com serviços bancários e outras despesas financeiras, o que reflete já algumas despesas incorridas no âmbito do processo de combinação de negócios entre a PT, a Oi e a Telemar Participações (Nota 1).

10. Imposto sobre o rendimento

Em 2014, as empresas localizadas em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 23% (25% em 2013), acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros (acima de 7,5 milhões de euros em 2013), e de 7,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 35 milhões de euros (não aplicável em 2013), resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5% para um lucro tributável que exceda os 35 milhões de euros.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

| | euros | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Resultado antes de impostos | 10.863.765 | 73.979.779 |
| Taxa nominal de imposto | 31,5% | 31,5% |
| | 3.422.086 | 23.303.630 |
| Taxas de imposto diferenciadas (i) | 310.527 | (4.388.281) |
| Diferenças permanentes | 14.723.933 | 11.566.260 |
| Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento | (1.608.172) | 4.076.860 |
| Regularizações à estimativa de imposto de exercícios anteriores | (844.510) | (312.661) |
| | 16.003.864 | 34.245.808 |
| Imposto sobre o rendimento | | |
| Imposto corrente | 13.326.763 | 21.776.236 |
| Imposto diferido | 2.677.101 | 12.469.572 |
| | 16.003.864 | 34.245.808 |

(i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a empresas do Grupo, nomeadamente nas operações internacionais.

A redução no imposto sobre o rendimento consolidado, de 34 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2013 para 16 milhões de euros no trimestre findo em 31 de março de 2014, reflete essencialmente menores resultados das operações em todos os negócios, maiores despesas financeiras e menores ganhos em empresas associadas.

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira diminuíram para 555 milhões de euros em 31 de março de 2014 face a 565 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, refletindo essencialmente o efeito

fiscal nos ganhos atuariais líquidos reconhecidos no primeiro trimestre de 2014. Os passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira mantiveram-se praticamente estáveis em 243 milhões de euros.

Quando a combinação de negócios proposta entre a Portugal Telecom, a Oi e a Telemar Participações (Nota 1) for concluída, os prejuízos fiscais da Portugal Telecom no montante de 210 milhões de euros em 31 de março 2014 apenas estarão disponíveis mediante aprovação específica por parte das autoridades fiscais, uma vez que de acordo com a combinação de negócios proposta a Portugal Telecom deixará de existir.

11. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 foram calculados como segue:

| | | euros | |
|--|---------|--------------------|--------------------|
| | | 1T14 | 1T13 |
| Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom | (1) | (14.722.720) | 26.746.652 |
| Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto) | (2) | 7.906.692 | 7.607.015 |
| Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído | (3) | (6.816.028) | 34.353.667 |
| Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i) | (4) | 855.103.005 | 855.028.595 |
| Efeito das obrigações convertíveis | | 84.175.084 | 84.175.084 |
| | (5) | 939.278.089 | 939.203.679 |
| Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom | | | |
| Básico | (1)/(4) | (0,02) | 0,03 |
| Diluído | (3)/(5) | (0,02) | 0,03 |

(i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por (1) 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap*, e (2) a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Oi em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 19 de abril de 2013, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 32,5 cêntimos, no montante total de 284.658.563 euros, o qual foi pago em 17 de maio de 2013.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 30 de abril de 2014, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 10,0 cêntimos, no montante total de 87.587.250 euros, o qual será pago em 30 de maio de 2014.

12. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis eram como segue:

| | euros | |
|----------------------------|----------------------|----------------------|
| | 31 mar 2014 | 31 dez 2013 |
| Ativos tangíveis | 3.373.319.835 | 3.438.479.384 |
| Ativos intangíveis | | |
| Licenças e outros direitos | 672.206.207 | 679.264.600 |
| Outros ativos intangíveis | 37.130.126 | 38.439.076 |
| | 709.336.333 | 717.703.676 |
| | 4.082.656.168 | 4.156.183.060 |

As alterações ocorridas no valor contabilístico dos ativos tangíveis e intangíveis durante o trimestre findo em 31 de março de 2014 são essencialmente explicadas por custos com amortizações e depreciações de 174 milhões de euros, os quais foram

parcialmente compensados por investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante total de 103 milhões de euros (Nota 5).

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, os custos com amortizações e depreciações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis foram como segue:

| | euros | |
|---|--------------------|--------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Amortizações e depreciações | | |
| Ativos tangíveis | 143.396.628 | 150.990.782 |
| Ativos intangíveis | 30.128.192 | 30.927.509 |
| | 173.524.820 | 181.918.291 |
| Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5) | | |
| Ativos tangíveis | 80.480.214 | 95.288.797 |
| Ativos intangíveis | 22.084.710 | 24.441.513 |
| | 102.564.924 | 119.730.310 |

A redução nas amortizações e depreciações (8 milhões de euros) é essencialmente explicada por um menor contributo dos negócios de telecomunicações em Portugal (7 milhões de euros), refletindo os menores investimentos realizados em 2013 e no primeiro trimestre de 2014 quando comparado com períodos anteriores, em virtude dos investimentos realizados em anos anteriores em tecnologias de futuro e redes de nova geração, nomeadamente FTTH e cobertura 4G-LTE.

13. Dívida

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respetivamente, a 7.227.149.955 euros e 7.371.137.893 euros e tinha a seguinte composição:

| | euros | | | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | 31 mar 2014 | | 31 dez 2013 | |
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Empréstimos por obrigações convertíveis | 745.607.829 | - | 743.011.847 | - |
| Empréstimos por obrigações não convertíveis | - | 4.732.289.116 | - | 4.731.260.092 |
| Empréstimos bancários | | | | |
| Empréstimos externos | 103.877.632 | 949.122.892 | 103.868.391 | 949.281.957 |
| Empréstimos internos | 2.875.220 | 174.523.188 | 5.111.006 | 175.039.738 |
| Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias | 73.210.081 | - | 73.210.079 | - |
| Papel comercial | 399.750.000 | - | 542.000.000 | - |
| Locação financeira | 25.366.269 | 20.482.400 | 24.729.526 | 23.579.646 |
| Outros financiamentos | 45.328 | - | 45.611 | - |
| | 1.350.732.359 | 5.876.417.596 | 1.491.976.460 | 5.879.161.433 |

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, a dívida bruta diminuiu 144 milhões de euros, refletindo essencialmente uma redução no montante em dívida no âmbito de programas de papel comercial da Portugal Telecom (142 milhões de euros).

Com exceção do acima referido, durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, a Portugal Telecom (a) não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, (b) não amortizou empréstimos obrigacionistas que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2013 e (c) não contratou novas linhas de crédito nem emitiu obrigações de taxa variável de montante significativo. Adicionalmente, os reembolsos da dívida foram efetuados em linha com a maturidade divulgada no último relatório anual.

Em 31 de março de 2014, a posição de liquidez, incluindo montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial com tomada firme e linhas de crédito acrescidos das disponibilidades, totalizou um montante de 3.048 milhões de euros.

14. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros** - Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica "Impostos indiretos", e ainda pagamentos relativos a Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal.
- (b) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os pagamentos líquidos ascenderam a 150.293.011 euros e 308.842 euros nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, respetivamente.
- (c) **Recebimentos (pagamentos) respeitantes a juros e proveitos (custos) similares** - Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, os pagamentos respeitantes a juros e custos similares suportados líquidos dos recebimentos provenientes de juros e proveitos similares obtidos ascenderam a 133.295.343 euros e 92.837.750 euros, respetivamente. Esta aumento reflete essencialmente uma maior contribuição das operações em Portugal, devido a um calendário de pagamento de juros diferente no primeiro trimestre de 2014 quando comparado com o primeiro trimestre de 2013, efeito que se espera vir a ser compensado até ao final do ano 2014.
- (d) **Recebimentos de dividendos** - Durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

| | euros | |
|--------|------------------|-------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| CTM | - | 25.228.274 |
| Oi | - | 49.394.718 |
| Outras | 1.056.627 | 611.891 |
| | 1.056.627 | 75.234.883 |

- (e) **Empréstimos** - Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

No trimestre findo em 31 de março de 2014, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 150.141.933 euros, refletindo essencialmente uma redução no montante em dívida no âmbito de programas de papel comercial da Portugal Telecom (Nota 13).

No trimestre findo em 31 de março de 2013, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 304.009.284 euros e refletem essencialmente (1) a redução no montante em dívida de linhas de crédito da Portugal Telecom e (2) vários efeitos que se compensam entre si, incluindo essencialmente a emissão em maio de 2013 de um *Eurobond* no montante de 1.000 milhões de euros e o reembolso em abril de 2013 do *Eurobond* de 2009, no montante de Euro 936 milhões.

- (f) **Dividendos pagos** - Os dividendos pagos durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

| | euros | |
|--------|------------------|-------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| MTC | 9.798.073 | 10.101.130 |
| Outras | - | 6.529.931 |
| | 9.798.073 | 16.631.061 |

15. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações ocorridas durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e conjuntamente controladas são como segue:

| Empresa | euros | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|-------------------|------------------|------------------------|-------------------|
| | Contas a receber | | Contas a pagar | | Empréstimos concedidos | |
| | 31 mar 2014 | 31 dez 2013 | 31 mar 2014 | 31 dez 2013 | 31 mar 2014 | 31 dez 2013 |
| Entidades conjuntamente controladas | 5.922.069 | 4.685.059 | 3.126.937 | 24.796 | - | - |
| Outras empresas internacionais: | | | | | | |
| Unitel (i) | 378.767.605 | 238.241.859 | 5.324.457 | 2.638.599 | - | - |
| Multitel | 6.194.318 | 6.265.431 | 176.441 | 229.884 | 826.345 | 915.058 |
| CTM | - | - | - | - | - | - |
| Outras | 1.412.052 | 646.420 | - | - | - | - |
| Empresas nacionais: | | | | | | |
| Páginas Amarelas (ii) | - | 173.050 | - | 1.325.856 | - | - |
| PT-ACS | 4.250.606 | 3.372.065 | 2.871.712 | 3.103.827 | - | - |
| Fundação PT | 1.178.852 | 341.983 | 1.009 | - | - | - |
| Sportinveste Multimédia | 69.873 | 56.864 | 181.306 | 226.993 | 32.282.861 | 32.282.861 |
| Siresp | 12.641 | 28.024 | 5.902 | 5.860 | 1.134.818 | 1.260.909 |
| Outras | 490.427 | 410.491 | 1.360.012 | 1.129.313 | 3.117.210 | 2.392.443 |
| | 398.298.443 | 254.221.246 | 13.047.776 | 8.685.128 | 37.361.234 | 36.851.271 |

(i) As contas a receber da Unitel em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro 2013 respeitam essencialmente a dividendos atribuídos por esta empresa associada.

(ii) A Portugal Telecom concluiu a alienação da sua participação financeira nas Páginas Amarelas durante o primeiro trimestre de 2014.

| Empresa | euros | | | | | |
|--|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------|
| | Custos | | Receitas | | Juros cobrados | |
| | 1T14 | 1T13 | 1T14 | 1T13 | 1T14 | 1T13 |
| Entidades conjuntamente controladas | 845.301 | 239.764 | 3.242.143 | 1.125.144 | - | - |
| Outras empresas internacionais: | | | | | | |
| Unitel | 1.980.822 | 1.245.363 | 3.357.658 | 3.191.571 | - | 331.118 |
| Multitel | 56.207 | 4.006 | 367.946 | 465.340 | - | - |
| CTM | - | 74.045 | - | 25.619 | - | - |
| Outras | 23 | 7.387 | - | 54.648 | - | - |
| Empresas nacionais: | | | | | | |
| Páginas Amarelas (i) | - | 5.808.207 | - | 384.267 | - | - |
| PT-ACS | 4.133.833 | 2.773.967 | - | 673.028 | - | - |
| Sportinveste Multimédia | 92.077 | 276.996 | 45.711 | 49.432 | 5.489 | 8.559 |
| Siresp | - | - | 4.712.030 | 3.797.300 | 12.586 | 14.980 |
| Outras | 183.570 | 97.526 | 953.756 | 1.004.866 | 20.697 | 34.198 |
| | 7.291.833 | 10.527.261 | 12.679.244 | 10.771.215 | 38.772 | 388.855 |

(i) A Portugal Telecom concluiu a alienação da sua participação financeira nas Páginas Amarelas durante o primeiro trimestre de 2014.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia no âmbito do acordo de acionistas desta participada, de modo a financiar a sua atividade; e
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade, incluindo depósitos bancários, investimentos de curto prazo e financiamentos, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no trimestre findo em 31 de março de 2014 e os saldos nessa data, excluindo os saldos em aberto relativos a depósitos, investimentos de curto prazo e financiamentos com os principais acionistas da Portugal Telecom, são como segue (incluindo IVA):

| | euros | | | |
|----------------|-----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Empresa | Receitas e ganhos (i) | Custos e perdas (i) | Contas a receber | Contas a pagar |
| BES | 16.059.164 | 6.396.971 | 1.677.613 | 432 |
| Visabeira | 1.723.265 | 14.101.647 | 19.216.770 | 4.163.689 |
| Controlinveste | 549.792 | 12.753.181 | 634.104 | 7.474.735 |
| Ongoing | 108.478 | 800.311 | 139.254 | 331.398 |
| BlackRock | 84 | - | - | 71 |
| UBS | 72 | 36.508 | - | - |
| | 18.440.855 | 34.088.618 | 21.667.741 | 11.970.325 |

(i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e de *equity swaps*.

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 31 de março de 2014, a exposição total desses investimentos ao BES, Rocha dos Santos Holding e Portugal Telecom ascendia a 116 milhões de euros, 95 milhões de euros e 47 milhões de euros, respetivamente, o que compara com 89 milhões de euros, 95 milhões de euros e 58 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, respetivamente.

c) Outros

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 1,12 milhões de euros e 1,25 milhões de euros, respetivamente.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a receber uma remuneração variável em função da performance alcançada, 50% da qual deve ser paga no ano seguinte e os restantes 50% devem ser pagos 3 anos mais tarde se determinadas medidas de performance forem atingidas. A Portugal Telecom reconhece anualmente os encargos relativos a estas remunerações variáveis. No trimestre findo em 31 de março de 2014, e após a Comissão de Avaliação ter verificado que os critérios estabelecidos na política de remunerações foram integralmente cumpridos, um montante de 4,89 milhões de euros foi pago aos administradores executivos em relação à parcela de 50% das remunerações variáveis de 2010 que não tinha sido paga no ano seguinte, mas diferida por um período de três anos.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, cinco dos administradores da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades conjuntamente controladas pela Empresa), tendo recebido nos

trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 uma compensação fixa total nos montantes de 0,41 milhões de Reais Brasileiros (0,13 milhões de euros) e 0,49 milhões de Reais Brasileiros (0,18 milhões de euros), respetivamente, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento da política de remuneração acima referida, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 31 de março de 2014, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 0,8 milhões de euros e 1,0 milhões de euros, respetivamente, não tendo sido pagas quaisquer remunerações variáveis.

16. Ativos e passivos financeiros

A Portugal Telecom encontra-se exposta essencialmente a riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de câmbio e taxas de juro, riscos de crédito e riscos de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco da Portugal Telecom é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável. Conforme explicado em maior detalhe no último Relatório Anual Consolidado, a Portugal Telecom efetua a gestão destes riscos financeiros essencialmente através de:

- (i) Derivados de taxa de juro contratados com o objetivo de converter dívida de taxa variável em dívida de taxa fixa, de modo a reduzir os riscos associados à parcela da dívida do Grupo que vence juros a taxa variável e que não se encontra coberta indiretamente através de aplicações financeiras, uma vez que estas também vencem juros a taxas variáveis.
- (ii) Uma monitorização regular das contas a receber de serviços prestados a clientes de modo a gerir o risco de crédito, procedimento que é realizado separadamente para cada um dos negócios do Grupo e tem como objectivos principais (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e a antiguidade da conta a receber de cada cliente, (b) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido, (c) realizar análises de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular, e (d) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado.
- (iii) Manutenção de uma posição de liquidez e de uma maturidade média da dívida que permita ao Grupo amortizar a sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais. A posição de liquidez da Portugal Telecom é calculada com base no montante disponível de caixa e equivalentes acrescido dos montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial e linhas de crédito com tomada firme, conforme mencionado na Nota 13.

A contratação dos instrumentos financeiros derivados acima referidos é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolve a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários. A Comissão Executiva monitoriza regularmente estes riscos financeiros.

A tabela abaixo apresenta o valor contábilístico e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros do Grupo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, incluindo o nível da hierarquia de justo valor para aqueles para os quais foi apurado justo valor:

| Rubrica | Hierarquia de justo valor (i) | milhões de euros | | | |
|--|-------------------------------|----------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | | 31 mar 2014 | | 31 dez 2013 | |
| | | Valor contábilístico | Justo valor | Valor contábilístico | Justo valor |
| Ativos financeiros registados ao custo amortizado: | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 1.276,8 | 1.276,8 | 1.659,0 | 1.659,0 |
| Investimentos de curto-prazo | | 1.071,3 | 1.071,3 | 914,1 | 914,1 |
| Contas a receber - Clientes (ii) | | 755,1 | 755,1 | 763,1 | 763,1 |
| Contas a receber - Outros (ii) | | 533,6 | 533,6 | 407,5 | 407,5 |
| Investimentos em empresas associadas - empréstimos concedidos | | 5,2 | 5,2 | 5,4 | 5,4 |
| | | 3.642,1 | 3.642,1 | 3.749,2 | 3.749,2 |
| Passivos financeiros registados ao custo amortizado: | | | | | |
| Dívida - obrigações convertíveis (Nota 13) (iii) | Nível 1 | 745,6 | 760,2 | 743,0 | 763,4 |
| Dívida - obrigações não convertíveis (Nota 13) (iii) | Nível 1 | 4.732,3 | 5.110,5 | 4.731,3 | 4.964,2 |
| Dívida - empréstimos bancários (Nota 13) | Nível 2 | 1.230,4 | 1.236,0 | 1.233,3 | 1.238,7 |
| Dívida - equity swaps sobre ações próprias (Nota 13) (iv) | Nível 2 | 73,2 | (9,8) | 73,2 | (8,3) |
| Dívida - outros empréstimos (Nota 13) (v) | | 399,8 | 399,8 | 542,0 | 542,0 |
| Contas a pagar (ii) | | 523,5 | 523,5 | 587,7 | 587,7 |
| Acréscimo de custos (ii) | | 522,3 | 522,3 | 534,7 | 534,7 |
| Outros passivos correntes | | 3,9 | 3,9 | 14,0 | 14,0 |
| Outros passivos não correntes | | 5,1 | 5,1 | 5,0 | 5,0 |
| | | 8.236,3 | 8.551,7 | 8.464,2 | 8.641,4 |
| Passivos financeiros registados de acordo com o IAS 17: | | | | | |
| Dívida - locações financeiras (Nota 13) | | 45,8 | 45,8 | 48,3 | 48,3 |
| | | 45,8 | 45,8 | 48,3 | 48,3 |

- (i) A IFRS 7 estabelece que o justo valor deve ser baseado nos pressupostos que os participantes de mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou do passivo, e estabelece uma hierarquia da informação utilizada para desenvolver esses pressupostos, denominada hierarquia do justo valor. Esta hierarquia atribui maior importância às informações de mercado disponíveis (dados observáveis) e menor importância às informações relativas a dados sem transparência (dados não observáveis), cuja classificação varia do Nível 1 ao Nível 3, respetivamente. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, não ocorreram transferências significativas entre os níveis da hierarquia de justo valor.
- (ii) A generalidade das contas a receber, contas a pagar e acréscimos de custos têm maturidades de curto prazo, pelo que se considerou que o justo valor é idêntico aos respetivos valores contábilísticos.
- (iii) O justo valor das obrigações convertíveis e não convertíveis das operações em Portugal foi determinado com base em valores cotados em mercados ativos.
- (iv) O justo valor do instrumento financeiro associado ao passivo relativo ao contrato de *equity swap* sobre ações próprias foi determinado através da diferença entre o preço de exercício destes *equity swap* e a cotação da ação da Portugal Telecom aquela data, incluindo ainda o efeito de juros.
- (v) Os outros financiamentos incluem essencialmente montantes em dívida no âmbito de programas de papel comercial, os quais têm maturidades inferiores a 3 meses.

17. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 28 de Março de 2011, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição dos investimentos na Oi e na Contax e os acordos com os acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 8.437 milhões de reais (3.728 milhões de euros). O investimento na Telemar foi realizado através da aquisição de uma participação direta na empresa e, indiretamente, através da aquisição de participações no capital social dos seus acionistas controladores, enquanto o investimento na Contax foi realizado indiretamente através da aquisição de uma participação no capital social da CTX.

O Grupo Oi é líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro, fornecendo atualmente estes serviços através da Oi, S.A. e das suas subsidiárias, e a Contax é uma das empresas líderes em serviços corporativos e líder em contact centres no Brasil.

Conforme mencionado acima, os termos dos acordos de acionistas celebrados entre a Portugal Telecom, a AG e a LF contêm mecanismos de votação unânime pelos seus representantes nos Conselhos de Administração da Telemar Participações e CTX Participações, no que concerne a decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas que afetam a atividade dos

grupos Oi e Contax. Consequentemente, de acordo com os termos da IFRS 11, a Empresa concluiu que partilha contratualmente o controlo da Telemar Participações e da CTX Participações, pelo que estas entidades e as suas subsidiárias são classificadas como empreendimentos conjuntos e, consequentemente, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

O detalhe do investimento total da Portugal Telecom na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores é como segue:

| | euros | |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| | 31 mar 2014 | 31 dez 2013 |
| Oi | 2.102.960.680 | 2.013.310.333 |
| Investimento financeiro (i) | 1.312.356.384 | 1.254.256.430 |
| Goodwill (ii) | 790.604.296 | 759.053.903 |
| Contax | 55.180.680 | 54.251.514 |
| Investimento financeiro | 17.679.195 | 18.246.588 |
| Goodwill (ii) | 37.501.485 | 36.004.926 |
| Telemar Participações (iii) | 77.656.563 | 77.907.584 |
| LF (iv) | 120.646.615 | 120.551.271 |
| AG (iv) | 124.906.238 | 124.513.850 |
| CTX | 15.671.591 | 16.181.157 |
| Outras | 1.700.338 | 1.531.151 |
| | 2.498.722.705 | 2.408.246.860 |

- (i) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, este investimento financeiro reflete a participação direta de 15,4% da Portugal Telecom nos ativos líquidos da Oi. O aumento no valor contabilístico deste investimento durante o primeiro trimestre de 2014 reflete essencialmente o impacto da valorização do real brasileiro face ao euro, no montante de 52 milhões de euros, e a participação da Portugal Telecom nos outros ganhos líquidos reconhecidos pela Oi diretamente no capital próprio (8 milhões de euros), efeitos que foram parcialmente compensados pela participação da Portugal Telecom nos prejuízos da Oi, no montante total de 2 milhões de euros, cujo detalhe é apresentado abaixo.
- (ii) A variação nesta rubrica reflete essencialmente o impacto da valorização do real brasileiro face ao euro (32 milhões de euros).
- (iii) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom detinha uma participação direta de 12,1% na Telemar Participações. O investimento na Telemar Participações reflete a composição dos seus ativos líquidos, incluindo (1) a participação direta de 18,8% detida na Oi, e (2) a dívida bruta no montante total de 987 milhões de euros em 31 de março de 2014 (942 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013).
- (iv) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom detinha uma participação direta de 35% tanto na AG como na LF. O investimento nestas empresas reflete a composição dos seus ativos líquidos, incluindo (1) os seus investimentos na Telemar Participações, através de uma participação direta de 19,4% cada uma, e na Oi por via de uma participação direta de 4,25% cada uma, e (2) a dívida bruta de ambas as empresas.

O detalhe da participação da Portugal Telecom nos resultados de empreendimentos conjuntos nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 é como se segue:

| | euros | |
|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | 1T14 | 1T13 |
| Oi | (1.674.875) | 12.633 |
| Telemar Participações | (4.526.945) | (3.924.409) |
| LF | (5.839.629) | (6.023.737) |
| AG | (5.867.987) | (6.510.248) |
| Contax | (344.715) | (190.772) |
| CTX | (339.307) | (512.398) |
| Outras | 389.141 | 166.163 |
| | (18.204.317) | (16.982.768) |

Ajustada pelo impacto líquido da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro (4 milhões de euros), a alteração nos resultados em empreendimentos conjuntos reflete, essencialmente, um ganho de 1.322 milhões de reais brasileiros (105 milhões de euros) registado pela Oi no primeiro trimestre de 2014, relacionado com a alienação de 2.007 torres de telecomunicações móveis, compensado por uma redução nas receitas operacionais, maiores custos com o pessoal e maiores despesas com amortizações e depreciações, conforme explicado em detalhe na Nota 5, e também encargos financeiros líquidos mais elevados, refletindo principalmente o impacto do aumento na dívida líquida média da Oi, e um aumento no imposto sobre o rendimento.

18. Eventos subsequentes

Em 5 maio de 2014, tal como explicado em maior detalhe na Nota 1, a Portugal Telecom subscreveu um aumento de capital da Oi, através da contribuição de ativos que representam a totalidade dos ativos operacionais direta ou indiretamente detidos pelo Grupo Portugal Telecom e as correspondentes responsabilidades, com exceção da participação detida na Oi, na Contax Participações SA e na Bratel BV, por um montante total de 5,71 mil milhões de reais brasileiros (1,75 mil milhões de euros), em resultado do qual, após o aumento de capital e a opção exercida pelo Banco Pactual, a Portugal Telecom detém, direta e indiretamente, 35,8 % do capital social emitido e em circulação da Oi (excluindo a participação da Portugal Telecom nas ações da Oi detidas pela Telemar Participações e pela AG e LF). Ainda em 5 de Maio de 2014, a Portugal Telecom subscreveu 4,8 mil milhões de reais brasileiros de obrigações convertíveis em ações da AG e da LF, encaixe que a AG e a LF deverão usar para reembolsar a sua dívida e subscrever obrigações convertíveis a serem emitidas pela Telemar Participações, a qual, por sua vez também vai usar esses recursos para reembolsar a sua própria dívida.

Em 7 de maio de 2014, a Portugal procedeu à liquidação física do contrato de *equity swaps* sobre 20.640.000 ações próprias, por um montante total de 73 milhões de euros.

Informação Adicional

Informação Adicional

29. abril. 14 | A PT anunciou a conclusão do prazo para a subscrição de ações no aumento de capital da Oi S.A.. No aumento de capital foram emitidas 2.142.279.524 ações ordinárias (ON) ao preço de 2,17 reais por ação e 4.284.559.049 ações preferenciais (PN) ao preço de 2,00 reais por ação, totalizando um encaixe de cerca de 13,1 mil milhões de reais, após descontos de subscrição e comissões (antes das despesas). Tendo em consideração o valor da avaliação independente dos Ativos PT realizada pelo Banco Santander (Brasil), S.A. de 5.709,9 milhões de Reais, a PT subscreveu 1.045.803.934 ações ordinárias e 1.720.252.731 ações preferenciais emitidas pela Oi. A participação resultante cumpre com a condição a esse respeito a que se encontrava sujeito o compromisso de subscrição da PT, encontrando-se dentro dos limites definidos no Memorando de Entendimentos celebrado no dia 1 de outubro de 2013.

5. maio. 14 | A PT informou que transferiu, para uma conta de valores mobiliários em nome de Oi, SA, a totalidade das ações representativas do capital social da PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal") que eram por si detidas. Adicionalmente, no âmbito da aprovação pelos titulares das 400.000.000 € 6,25 por cento Notes com vencimento em 2016, emitidas pela PT sob o Euro Medium Term Note (EMTN) programme de 7.500.000.000 € ("Notes"), na assembleia realizada no dia 18 março de 2014, a PT Portugal passou a ser a emitente e principal devedora de tais títulos. Nuno Manuel Teiga Luís Vieira foi nomeado o representante para as relações com a CMVM e o mercado.

6. maio. 14 | A PT informou sobre o comunicado divulgado pela Oi, S.A. sobre a conclusão da oferta pública de distribuição de ações e exercício da opção de distribuição de lote suplementar, de acordo com o documento da empresa divulgado no mesmo dia.

9. maio. 14 | A PT informou que adquiriu 20.640.000 ações ordinárias representativas de 2,30% do capital social da PT e dos respetivos direitos de voto. Esta aquisição de ações próprias foi realizada fora de bolsa e resultou de uma liquidação física realizada em virtude de uma optional early termination do contrato de equity swap celebrado com o Barclays Bank Plc e oportunamente divulgado ao mercado, a qual foi decidida pela PT. O preço de aquisição correspondeu ao notional amount inicial do referido contrato fixado em € 178.071.826,72, ou seja, € 8,6275 por ação. Na sequência desta transação, a PT passou a deter 20.640.000 ações ordinárias próprias em carteira.

9. maio. 14 | A PT anunciou que irá pagar, a 30 de maio de 2014, um dividendo por ação correspondente a um montante bruto de 10 cêntimos de euro. As ações irão transacionar sem direito a dividendo a partir de 27 de maio de 2014 (inclusive).

Glossário

| | |
|-----------------------|--|
| ADR | American Depositary Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT. |
| ADSL | Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais. |
| ARPU | Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período. |
| Capex | Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo. |
| Cash flow | A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período. |
| Cash flow operacional | Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneiio +/- provisões não monetárias. |
| Curtailment costs | Custos decorrentes do programa de redução de efectivos. |
| CCPU | Cash Cost Per User. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações, e custo das vendas de terminais, por número médio de utilizadores no período. |
| CDMA | Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos. |
| CRM | Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes. |
| Custos de curtailment | Custos decorrentes do programa de redução de efectivos. |
| Dívida líquida | Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis. |
| EBITDA | Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma. |
| Empresas | Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo. |
| Euronext ou Euronext | Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são |

Glossário

| | |
|--------------------|---|
| Lisbon | transaccionadas. |
| Free cash flow | Free cash flow = cash flow operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa. |
| FTTH | Rede de fibra óptica. |
| Gearing | Gearing = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio). |
| GSM | Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados. |
| HDTV | High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais. |
| IAS/IFRS | International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005. |
| IP | Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet. |
| IPTV | Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga. |
| ISP | Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet. |
| Margem EBITDA | Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais. |
| MMS | Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo. |
| MOU | Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período. |
| NGAN | Next generation access network. Redes de acesso de nova geração. |
| NYSE | New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque. |
| Oferta triple-play | Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet. |
| PRB | Post Retirement Benefits Costs. Custos com Benefícios de Reforma |
| PSTN | Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre. |

Glossário

| | |
|--|---|
| Resultados líquidos por acção diluídos | Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas. |
| RGU de retalho por acesso | Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS. |
| SARC | Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clients. $SARC = (70\% \text{ dos custos de marketing e publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$. |
| SMS | Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas. |
| Oferta Triple-play | Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet. |
| Pessoal | Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo. |
| PBO | Responsabilidades com benefícios de reforma |
| Planos Tribais | Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário. |
| Receitas não voz como % das receitas | Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz. |
| Residencial | Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo. |
| VoD | Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de vídeos. |
| Wholesale, outros e eliminações | Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal. |
| 3G | 3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM. |